



**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE.**

----- No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e seis minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), José Esteves Correia (justificada), Amaro dos Santos Carreira (justificada), Fernando Martins Machado (justificada), José Alberto Ferreira (justificada), António Fernando Correia de Campos e Jorge Anselmo Martins -----

E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

– A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

– O Teatro Viriato enviou a esta AM a Apresentação da Temporada de Janeiro a Março de 2012. -----

– O Planalto Beirão enviou a esta AM cópia o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012. -----

- A Assembleia Municipal de Seia, comunicou que em reunião ordinária realizada no dia 30 de Dezembro de 2011, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre a construção, ainda que parcial, dos traçados dos IC 6, IC 7 e IC37, no sentido de ultrapassar a profunda debilidade que constitui a falta de acessibilidades ao Concelho e a toda esta região da Serra da Estrela. -----

– O Senhor Deputado José Esteves Correia informou via E-Mail que, por se encontrar ausente, não pôde estar presente na Assembleia Municipal de 30 de Dezembro. -----

– A Assembleia de Freguesia de Bodiosa remeteu a esta AM, cópia de Moção desse órgão, sobre a Reforma da Administração Local. -----

– A Senhora D. Alzira Rosa Pereira Figueiredo enviou carta de agradecimento pelo “Voto de Louvor”, manifestando carinho e respeito por todos. -----

– O Senhor Deputado Tiago Miguel Marques dos Santos Escada solicita comprovativo por estar a exercer funções na Assembleia Municipal de Viseu. -----

– A Comissão Política do Bloco de Esquerda, na pessoa do Senhor Deputado Carlos Vieira, remeteu proposta sobre a análise da Reforma da Administração Local para o Grupo de Trabalho. -----

- O Senhor Deputado José Domingos Abreu Coelho, Presidente de Junta de S. Salvador, informou que, por motivos pessoais, não pôde estar presente na Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2011. -----

- A Assembleia de Freguesia de Farminhão remeteu a esta AM cópia da decisão desse órgão, onde consta uma proposta sobre a nova Reforma da Administração Local. -----



- A Comissão Política do PCP de Viseu remeteu projeto de Lei nº 167/2012. -----
- A Assembleia Municipal de Almeida apresenta Moção sobre a supressão das portagens na A25 e A23. -----
- A Assembleia Municipal de Trancoso apresenta Moção contra a introdução de portagens na A25 e A23. -----
- O Senhor Deputado Carlos Vieira solicita esclarecimentos referentes à permuta de terrenos com a empresa Visabeira. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP envia convite para a audição parlamentar sobre a proposta de Lei do Governo que visa extinguir freguesias. -----
- O Colégio da Via Sacra comunica que irá participar na Assembleia Infantil de 2012. ----
- O Colégio da Imaculada Conceição comunica que não irá participar na Assembleia Infantil de 2012. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete ofício a informar sobre a atividade e situação financeira do Município. -----
- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões solicita informações sobre a substituição da Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira na AM, na sequência da sua renúncia ao mandato. -----
- A Irmã Maria da Conceição Paiva informa via Email que não poderá estar presente na próxima AM Infantil de 2012. -----
- A Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia informa, via correio eletrónico, da impossibilidade de estar presente na próxima Sessão da AM, por motivos profissionais. ----
- A Assembleia Municipal de Trancoso apresenta retificação da Moção contra a introdução de portagens na A25 e A23, anteriormente enviada. -----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efetuaram o mesmo pedido. -----
- Foi remetido por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, as Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 30 de Dezembro de 2011. -----
- Foi remetido por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, a proposta do Senhor Deputado José Manuel Henriques Mota de Faria sobre a atribuição da Medalha de Mérito Municipal à Estação Agrária de Viseu. -----
- Envio de ofício ao Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques, comunicando o pedido de substituição do Senhor Deputado Carlos Fernando Ermida Rebelo na Comissão de Saúde e Solidariedade Social. -----
- Envio de ofício à CMV informando da reunião e constituição do Grupo de Trabalho para análise da Reforma da Administração Local. -----
- Envio de ofício à Senhora D. Alzira Rosa Pereira Figueiredo informando-a da atribuição de um “Voto de Louvor”, aprovada na Sessão Ordinária desta AM do dia 30 de Dezembro de 2011. ----- Foi remetido por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, a aprovação na Sessão Ordinária desta AM do dia 30/12/11, do “Voto de Louvor” à Senhora D. Alzira Rosa Pereira Figueiredo. ----- Foi enviado ofício para a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, informando que a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira renunciou ao mandato desta AM. -
- Foi remetido por via oficiosa, para o Estado Maior do Exército, o pedido para cedência das instalações do RI 14, para a Sessão Extraordinária das Comemorações do 25 de Abril de 2012. -----
- Foram enviados, via Email, para os Líderes dos vários Grupos Parlamentares, convite para a audição parlamentar sobre a proposta de Lei do Governo que visa extinguir freguesias. -----
- Foram remetidos, por via oficiosa, aos Presidentes dos agrupamentos de Escolas,



convites para a próxima AM Infantil de 2012. -----

- Foram enviados por correio eletrónico bem como por ofício, para os vários Grupos Parlamentares e Comunicação Social, a Convocatória e Edital da próxima AM a realizar em 27 de Fevereiro. -----

Os Líderes dos Grupos Parlamentares, foram informados via Email, da disponibilidade do Plano de Pormenor da envolvente urbana do Rio Pavia nas instalações da AM. -----

Foi remetido ofício ao Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Coelho para fazer a substituição da Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia. -----

- Foi remetido ofício ao Grupo Parlamentar do PSD informando da substituição nesta AM da Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia pelo Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Coelho. -----

- Foi remetido ofício ao Senhor Presidente do Município de Viseu acompanhado do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda referente à permuta dos terrenos da Visabeira. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Muito bom dia, pedia o favor de se sentarem. Vamos então dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu. Cumprimentava as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores e o público presente. Iria só começar por dar aqui três informações. A nossa Sessão do vinte e cinco de abril, conforme tinha ficado em tratar a possibilidade de podermos fazer a Sessão de vinte e cinco de abril no Regimento de Infantaria de Viseu, está marcada. Portanto a Sessão de vinte e cinco de abril será no RIV, assim como também está marcada já a Assembleia Municipal Infantil para o dia vinte e cinco de maio e o tema será: “A importância do RIV no vinte e cinco de abril”, onde também aproveitaremos para depois convidar o Senhor Comandante do RIV que virá cá falar um pouco sobre esta nova missão hoje do RIV, designadamente na preparação das missões humanitárias e na manutenção da paz no mundo e é uma forma também aos mais novos poderem tomar contacto com esta realidade. Estes dois assuntos estão tratados e estão devidamente marcados. Em relação ao Grupo de Trabalho que foi criado sobre a questão da reorganização administrativa, como sabem, entretanto esse Grupo de Trabalho teve uma primeira reunião que foi presidida aqui pela nossa Secretária e teve uma segunda reunião que foi presidida por mim, há poucos dias, já depois de ter dado entrada na Assembleia da República a proposta que diz designadamente no seu artigo décimo, ”pronuncia da Assembleia Municipal de que a Assembleia Municipal, após consulta à proposta da Câmara Municipal, delibera sobre a reorganização administrativa do território e das freguesias. A metodologia que nós acordámos entre todos os Líderes dos grupos municipais vai no sentido de, por um lado, aguardar que a autarquia defina a forma de participação neste processo, este Grupo de Trabalho irá efetuar todo o seu trabalho neste formato que nós aprovámos aqui na última Assembleia Municipal. Foi também solicitado à Câmara Municipal, porque estiveram presentes dois Vereadores nessa mesma reunião, como o Senhor Vice-Presidente Américo Nunes e o Senhor Vereador Professor Lemos, no sentido do próprio departamento de urbanismo da Câmara Municipal fornecer à Assembleia uma série de mapas e estudos para podermos alicerçar todo o nosso trabalho. Ficou também obviamente definido que iria existir depois uma reunião formal na Assembleia Municipal, porque enfim, depois de isto aprovado na Assembleia da República a noventa dias, portanto depois haverá uma reunião formal em que iremos debater aprofundadamente esta matéria, assim como ficou acertado que iríamos depois também promover uma reunião, sem ser aberta ao público, mas com o convite a todas as forças vivas do Concelho e com a participação de todos os Membros da Assembleia Municipal, numa fase anterior. Portanto, esta foi a metodologia que ficou acordada entre a Mesa e os Líderes dos grupos municipais, exatamente com a consciência que todos tivemos, aliás, nas várias intervenções, quer da parte da Mesa, da parte dos



Líderes dos grupos municipais, quer dos Senhores Vereadores, de facto ficou patente que devemos tratar deste assunto com um grande sentido de responsabilidade, não o tratando de uma forma avulsa, mas de uma forma integrada e com um amplo consenso entre as várias forças partidárias que constituem esta Assembleia Municipal e em estreita ligação, como é óbvio, com a autarquia local. Esta foi a metodologia de trabalho que ficou definida e a seu tempo e dentro destes “timings”, nos próximos meses, iremos depois promover todo este trabalho que ficou acordado. Feitas estas três informações que eram as que tinha para dar, obviamente que também foi distribuído o resumo da correspondência que está na posse dos Senhores Deputados, iríamos agora passar à parte da aprovação da Ata. Em relação à Ata, apercebi-me que há aqui uma ou outra gralha que vai ser corrigida, mas são coisas de pormenor, mas se por acaso algum dos Senhores Deputados, agradeço que a leiam com atenção, porque como houve aqui mudança de funcionário também na Assembleia, às vezes nestas mudanças muda um pouco o estilo da forma como se acompanha a Ata e ela não aparece exatamente com o mesmo formato e isso às vezes pode ser sensível. O que é que eu sugiro? Eu vou pôr à apreciação e à votação a Ata, mas fica a abertura para nos próximos, eu diria até ao final desta semana, qualquer sugestão de pormenor que vejam, agradeço que cada um dos Senhores Deputados veja as vossas intervenções e vejam se há alguma questão de pormenor que não tivesse ficado devidamente precisa, se efetivamente algo acontecer, agradeço que contactem aqui com os Serviços e com a D. Isabel, no sentido de fazerem as correções que tiverem que ser feitas, na perspetiva de a Ata ser um espelho fiel de tudo aquilo que se passou aqui na Assembleia Municipal. Feito este reparo, eu perguntava se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a Ata? Não tenho nenhum pedido nesse sentido e então vou pôr à votação. A Ata foi aprovada por unanimidade, com esta ressalva de poder ser introduzida alguma correção que os Senhores Deputados entendam. Gostava também só de referir aqui duas limitações, uma da parte do Senhor Presidente da Câmara, que vai ter que se ausentar, dentro de mais ou menos uma hora, menos de uma hora, para Miranda do Douro, onde vai estar presente numa associação na assinatura de um protocolo, presumo eu, da parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses e eu próprio também terei que sair, por volta do meio-dia, meio-dia e dez, porque tenho que estar presente na reunião de Secretários de Estado às três, mas também penso que, com a ordem de trabalhos que temos e com as inscrições, podemos ter a ambição de conseguir ter a reunião concluída até essa hora, se assim não acontecer, obviamente que o Senhor Presidente da Câmara ficará aqui representado pelo Senhor Vice-Presidente, se eu tiver também que sair mais cedo, a Mesa assegurará a condução dos trabalhos normais, mas de qualquer maneira, não queria deixar de fazer esta chamada de atenção prévia, para que depois não haja nenhuma surpresa. No período antes da ordem do dia temos oito inscrições e eu dou a palavra de imediato à Senhora Deputada Sofia Pires. -----

UM – SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA G. DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante público. *“A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem”* – Ortega e Gasset. Em 2012 celebram-se os novecentos e trinta anos do nascimento e os oitocentos e cinquenta anos da morte de S. Teotónio que ocorreu a dezoito de fevereiro de mil, cento e sessenta e dois. S. Teotónio foi canonizado em mil, cento e sessenta e quatro, em reconhecimento pela sua vida de virtude e ação miraculosa e foi o primeiro santo português e Prior da Catedral de Viseu. Assumiu especial protagonismo nos inícios da nacionalidade como Conselheiro de D. Afonso Henriques e foi um dos fundadores e primeiro Prior do Convento Medieval de Santa Cruz de Coimbra. Sendo também Prior da Igreja da Sé de Viseu, foi constituído por D. João de Bragança como Padroeiro da Diocese, sendo também da Cidade de Viseu e do seu Hospital. No âmbito das Celebrações Jubilares, a Câmara Municipal de Viseu e a Diocese prepararam



um programa de atividades diversificado a levar a cabo entre fevereiro e julho de dois mil e doze. Importa salientar que todo o Distrito de Viseu se associou a estas Comemorações, levando a uma grande visibilidade toda esta iniciativa e possibilitando aos munícipes de todo o distrito o acesso a um acervo histórico da máxima importância. A abertura das Comemorações Jubilares de S. Teotónio decorreu no Museu Grão Vasco a inauguração da Exposição S. Teotónio, nove séculos de priorado em Viseu, entre mil, cento e sessenta e dois e dois mil e doze. Esta exposição tem como principal objetivo evocar esta figura tão marcante no percurso dos portugueses, bem como o papel que desempenhou no início da nacionalidade. A exposição consta de duas partes, uma no Museu Grão Vasco e outra na Sé de Viseu, o que permite também a quem a visita conhecer o núcleo expositivo do Museu, bem como descobrir a nossa magnífica Sé, onde as referências a S. Teotónio são inúmeras, tanto em termos iconográficos, como religiosos e tradicionais. Ainda no âmbito destas tão importantes comemorações, não podemos deixar de salientar no dia treze de abril na Sé Catedral um concerto pela Orquestra das Beiras e a abertura do Festival da primavera. Durante todo o mês de maio vai decorrer o Festival de Teatro Jovem dinamizado pela Câmara Municipal e cujas peças a concurso, da autoria dos participantes, deverão ser dedicadas a S. Teotónio. Em junho temos ainda as Marchas Populares também dinamizadas pela Câmara, cuja temática será igualmente dedicada a S. Teotónio, no âmbito destas celebrações do seu nascimento e morte. Muitas outras iniciativas serão levadas a cabo durante todo este tempo de evocação de S. Teotónio, seria demasiado exaustivo enumerá-las todas aqui. O importante é sabermos que a Câmara Municipal de Viseu não esquece os nossos referenciais identitários, pugna para que eles sejam lembrados e conhecidos por todos, sendo que, como diz Agustina Bessa Luís “*a cultura é o que identifica um povo com a sua finalidade*”. Congratulamo-nos que o nosso Município continue a desenvolver esforços, apesar de todas as restrições que hoje são transversais à sociedade, no sentido de não perdermos a cultura, a identidade, aquilo que faz de nós seres únicos e pertença de uma comunidade. Aristóteles interrogado sobre a diferença existente entre os homens cultos e os incultos disse: “*a mesma diferença que existe entre os vivos e os mortos*”. Muito obrigada. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

-DOIS - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social presente e funcionários em exercício. Eu tenho duas Moções, vou lê-las de seguida. Vou ler a primeira Moção. Considerando que: Um – Os CTT, já há cerca de três anos, passaram a entregar o correio no Bairro Social de Paradinha apenas duas vezes por semana, com escolta policial ao carteiro do respetivo giro que alegou ter sido vítima de ameaças e tentativas de agressão: Dois – Os CTT comunicaram ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu que decidiram deixar de entregar o correio no Bairro Social de Paradinha, no início deste ano, alegando a indisponibilidade da PSP para continuar a fazer o acompanhamento da entrega do correio naquele bairro; Três – Mesmo sem nomear, é sobre a comunidade de etnia cigana, a que pertence grande parte dos moradores do bairro, que recai o estigma da violência, pelo que se torna urgente promover o dialogo intercultural que levou o Alto Comissariado para a Imigração e o Dialogo Intercultural (ACIDI) a convidar todas as autarquias do País, em setembro de 2009, para se candidatarem ao projeto “Ciganos”, de formação de Mediadores Municipais Ciganos, os quais têm por função gerir e prevenir conflitos e problemas sociais como o absentismo ou o abandono escolar e facilitar as relações entre comunidades de diferentes etnias, lançando pontes de dialogo, estimulando a participação da comunidade cigana nos processos de decisão e dando a conhecer à maioria a cultura e tradições dos ciganos, que há quinhentos anos compartilham a cidadania portuguesa, embora só reconhecida pela



constituição de mil oitocentos e vinte e dois. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária, a 27 de fevereiro de dois mil e doze, decide: Um – manifestar total repúdio pelos atos de violência física ou verbal que vitimaram funcionários dos CTT no exercício das suas funções profissionais no Bairro Social de Paradinha e desenvolver esforços para que tais atos, inadmissíveis numa sociedade civilizada e num Estado de Direito, não voltem a repetir-se; Dois – Repudiar qualquer medida que leve à “guetização” de qualquer bairro do nosso concelho e, em particular, à discriminação dos moradores do Bairro Social de Paradinha, transformada em “zona de segregação postal”, fazendo pagar os justos pelos pecadores, sendo certo que nem os inocentes se separam por etnias, nem se pode castigar toda uma comunidade pelos atos reprováveis de um ou mais indivíduos; Três – Criar um Grupo de Trabalho, formado por um representante de cada partido com assento nesta Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de S. Salvador, o Senhor Vereador Hermínio Magalhães que tem acompanhado este problema, técnicos da Caritas Diocesana em serviço no centro comunitário do bairro e representantes dos moradores, incluindo cidadãos de etnia cigana que se distinguem pela influencia e respeito na sua comunidade, com o objetivo de promover o dialogo entre este órgão autárquico e os moradores, auscultar os seus problemas e procurar formas de melhorar o relacionamento e interação da comunidade cigana com a autarquia, as autoridades locais e as instituições públicas, nomeadamente na área da Saúde, da educação, do emprego e de outros serviços públicos, como é a distribuição postal; Quatro – Após garantir o envolvimento dos moradores na criação de condições de segurança, exigir aos CTT a normalização do serviço público de distribuição postal diária no Bairro Social de Paradinha, sendo que qualquer outra solução, ainda que possa parecer, à primeira vista, mais prática e mais fácil, como a colocação de uma bateria de apartados à entrada do bairro, só perpetuará a situação de “apartheid”, dará uma má imagem dos nossos concidadãos e não dignificará o poder local e o concelho de Viseu, ao violar o preceito constitucional da não discriminação; Cinco – Recomendar à Câmara Municipal que, de acordo com a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, coordenada pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte e a cargo do Alto Comissariado para a Imigração e o Dialogo Intercultural, comece a preparar, desde já, junto do ACIDI, a sua candidatura a uma nova fase do Projeto de Formação de Mediadores Municipais Ciganos, que o ACIDI prevê abrir, eventualmente, daqui a dois anos, já que o prazo das candidaturas para a segunda fase deste projeto acabou em 9 de junho de 2011, em parceria com a Caritas Diocesana, ou qualquer outra associação interessada em ser entidade gestora do projeto de que a autarquia será promotora. Esta Moção será enviada à Câmara Municipal de Viseu, à ACIDI, à Administração dos CTT e ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos CTT. Agora vou ler a segunda Moção: O governo apresentou na Assembleia da República a proposta de lei nº 44/2012 conducente, entre outras medidas, à extinção de mais de mil e trezentas freguesias. Relativamente ao “Documento Verde para a reforma da administração local”, a proposta de lei introduz agora alterações aos critérios então definidos para a agregação, redução ou extinção de freguesias, mas o objetivo final, redução de quase metade das freguesias, mantêm-se inalterado. Da aplicação dos critérios agora previstos resultará necessariamente o surgimento de mais de algumas centenas de freguesias, sobretudo na zona litoral, com mais de vinte mil habitantes, enquanto que no interior do País a maioria dos municípios têm menos de dez mil eleitores. As assimetrias na administração territorial serão ainda mais acentuadas, a centralização do poder, que tanto tem prejudicado o ordenamento dos espaços urbanos, afastará ainda mais as populações da participação e das decisões sobre a organização do território. E as alterações propostas também não têm em conta que na Europa continental não existe a freguesia como entidade territorial local e que é de cinco mil, quinhentos e oitenta habitantes a dimensão média nos mais de noventa mil municípios existentes na União Europeia. As freguesias, porque se entrelaçam no longo processo de ocupação do solo e pela sua proximidade às comunidades, constituem



ainda hoje um elemento muito forte na identidade e sentimento de pertença das populações. As mudanças ocorridas desde mil novecentos e dezasseis, quando a paróquia civil passou a designar-se “freguesia”, na distribuição da população, na construção dos equipamentos e na ocupação e usos do território, não aconselham a extinção de quase metade das freguesias, ainda que se possa discutir agregações, sobretudo nas áreas urbanas, antes incitam ao reforço das suas competências, à melhoria da participação pública e ao aprofundamento da democracia local. A Constituição da República já dispõe que a criação, extinção e modificação das autarquias locais e respetivo regime é da exclusiva competência da Assembleia da República, artigos cento e sessenta e quatro, alínea n) e duzentos e trinta e seis, nº quatro, mas a relevância do tema, para além da intervenção dos autarcas e deputados impõe a maior participação pública nos procedimentos que introduzem alterações significativas ao regime das autarquias locais. Nesse sentido a Carta Europeia da Autonomia Local, CEAL, assinada a quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco e que vincula o nosso País, aponta para um novo elemento, a consulta popular, por exemplo através de referendo. De acordo com o artigo quinto, “*As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita*”. Citei. Para concretização deste desiderato democrático, a lei deve determinar que a audição dos órgãos das autarquias locais afetadas tenha carácter vinculativo e com prazos adequados à realização de consultas às populações quanto ao destino da respetiva organização administrativa territorial. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, delibera: assumir a defesa da realização obrigatória de consultas locais, nas autarquias afetadas, quando esteja em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais, independentemente das conclusões e propostas do Grupo de Trabalho para Análise da Reforma da Administração Local, criado por esta Assembleia. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Em relação à primeira Moção, já a vou pôr à discussão. Em relação à segunda, eu gostava de fazer o seguinte reparo ao Senhor Deputado. Independentemente da liberdade de cada um dos Senhores Deputados tem de trazer a esta Assembleia aquilo que bem entender, a verdade é que a Assembleia Municipal de Viseu decidiu criar um Grupo de Trabalho, que esteve reunido há poucos dias, onde de uma forma aberta e franca todos nós pusemos as nossas opiniões, em que definimos uma metodologia de trabalho, que me parece ser contrariada por esta Moção que o Senhor Deputado aqui apresenta. Aquilo que eu entendo é que se nós criámos um Grupo de Trabalho, onde estamos a definir um conjunto de procedimentos e Auto recomendámos e foi uma opinião unânime de todos que de facto nos autolimitássemos para já o debate alargado destas questões, dado que enquanto Presidente deste Grupo de Trabalho estou a ser confrontado com uma matéria apresentada pelo Senhor Deputado que nem sequer foi colocada neste mesmo Grupo de Trabalho. O que poderia ter sido discutido previamente, eu acho que em nome da tal prudência que esteve presente em todas as intervenções que ocorreram nesta reunião do Grupo de Trabalho, essa mesma prudência, acho que nos levaria a dentro deste trabalho que estamos a procurar fazer em conjunto, que este assunto tivesse sido apresentado previamente nessa reunião do Grupo de Trabalho, em que o Senhor Deputado esteve em representação do seu Partido e a verdade é que, enquanto Presidente do Grupo estou a ser confrontado com uma situação que não foi apresentada previamente nesse Grupo de Trabalho. Portanto, eu deixo ao critério do Senhor Deputado se efetivamente quer ver debatida esta Moção ou se prefere que esta Moção ou o conteúdo dela, seja debatida no seio do Grupo de Trabalho, para ser integrada numa metodologia, porque se não, estamos aqui a abrir um precedente do ponto de vista de um debate de uma metodologia que deveria estar a ser tratada em sede do Grupo de Trabalho, que a própria Assembleia Municipal constituiu. Eu dar-lhe-ia a palavra excepcionalmente, não contabilizando isso como uma intervenção, para que efetivamente o Senhor Deputado me diga se efetivamente



quer que esta Moção seja debatida, ou se ser que ela transite para o debate no seio do Grupo de Trabalho, para a definição da metodologia que esse mesmo Grupo de Trabalho tem por competência, que esta Assembleia Municipal lhe deu. Faça o favor, só para esclarecer. -----

-TRÊS - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) - Efetivamente na reunião do Grupo de Trabalho, isso pode ser verificado pela Ata, eu apresentei a proposta, abordei a posição do Bloco de Esquerda e falei na questão do referendo local vinculativo. De qualquer modo, eu acho que esta proposta não vai de maneira nenhuma condicionar os trabalhos do Grupo de Trabalho, na medida em que o Grupo de Trabalho vai analisar o documento apresentado pelo Governo e vai partir da proposta, uma proposta concreta da Câmara, para eventuais extinções, agregações ou fusões de freguesias. Mas para que fique claro, o objetivo, o Bloco de Esquerda tem apresentado isto em várias Assembleias de Freguesia, em Vouzela já foi aprovado, em S. Pedro do Sul e portanto é uma questão de princípio e que não condiciona nada, em nosso entender. -----

MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, já lhe dei a possibilidade de esclarecer, mas quero lhe dizer que acho que a apresentação desta Moção, passo a citar “ contraria o espírito do Grupo de Trabalho que foi criado”, mas enfim, o Senhor Deputado é livre, é soberano no exercício das suas funções enquanto Deputado Municipal, tem todo o direito de apresentar as Moções que bem entender, agora, no meu entendimento, enquanto Presidente do Grupo de Trabalho acho que a apresentação desta Moção vai contra os princípios que nós definimos no Grupo de Trabalho, mas enfim, é a minha interpretação, enquanto Membro acho que teria toda a vantagem em fazermos aquilo, se não, não faz sentido aquilo que fiz no início desta reunião, que foi, no fundo, dar conta aos Membros da Assembleia Municipal do resultado dum reunião do Grupo de Trabalho, em que eu dei conta de qual tinha sido a metodologia que nós tínhamos adotado e logo a seguir veio um documento que vai contra a metodologia adotada. Mas enfim, cada Deputado é soberano e poderá fazer aquilo que entender. Eu tenho as duas Moções em discussão, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre as duas Moções que estão apresentadas. O Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra. -

QUATRO - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) - Senhor Presidente da Mesa, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas e Amigos. Relativamente à primeira Moção, os fundamentos que aqui são trazidos, de uma forma mais ou menos geral, somos levados a concordar e digamos, a estar de acordo. Relativamente à metodologia proposta e às adoções a tomar, obviamente aí surge-nos algumas dúvidas, porque entendemos que não haverá, eventualmente, necessidade de fazer trabalhos paralelos ou duplicação de atuações e a questão que eu punha, porque aquilo que me parece é que, neste momento há um trabalho muito sério desenvolvido, tanto pela autarquia, pela Câmara de Viseu em parceria com a própria Cáritas e parece-me que estamos eventualmente aqui a dar diretrizes fora daquele trabalho que já está a ser feito, não parece muito correto, por isso a questão que eu até deixava aqui, é que efetivamente houvesse aqui por parte da Câmara um esclarecimento mais pormenorizado do trabalho que está a ser feito, porque temos que ver que quem o está a fazer são profissionais que estão diariamente no terreno, têm responsabilidades acrescidas nessa matéria, o facto de estar a envolver pessoas da Assembleia Municipal, em que toda a gente tem a sua atividade profissional, digamos, que é apenas contribuir com a sua boa vontade, quando não têm a disponibilidade que, eventualmente uma situação destas pode exigir e por isso, se de alguma forma podemos concordar com a sua fundamentação e os preâmbulos, em termos da metodologia e das propostas apresentadas, nos parece que eventualmente não terá um interesse por aí além. Relativamente à segunda Moção, apenas subscrever o que foi dito aqui pelo Senhor Presidente, que é Presidente daquela Comissão, obviamente se há uma Comissão e a última reunião que houve, apesar de eu não poder estar presente, as



indicações que temos é que houve consonância entre todos, em termos metodológicos, aliás, o Senhor Presidente teve a oportunidade também de a referir aqui e portanto parece que tudo o que seja feito fora disso é extemporâneo e pode eventualmente pôr em causa até a própria credibilidade. Fazia aqui o apelo para que fosse retirada efetivamente a Moção, porque não é uma questão de entrar em choque, mas pode-se questionar então para que é que existe a Comissão. Essas coisas não são devidamente debatidas e a ideia que eu tenho é que esta ideia não foi debatida na Comissão, não foi apresentada e portanto há uma metodologia que deve ser cumprida e se essa Comissão depois vier a entender que há necessidade de tomar essa ou outras medidas, mas eu penso que temos que ouvir previamente a Comissão e depois sim, podemos tomar a decisão final. Muito obrigado.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Jorge Adolfo pediu a palavra. -----

-CINCO - SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) –

Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Eu vou intercalar aqui com a intervenção do meu caríssimo amigo Doutor Teodósio, para fazer referência só à primeira Moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente ao Bairro Social de Paradinha e a esses problemas que têm havido lá. Queria dizer o seguinte, a bancada do PS não terá dificuldade nenhuma em votar favoravelmente essa Moção, no entanto e eu gostaria de fazer aqui um repto ao Carlos Vieira, no sentido de, digamos, burilar alguns termos que ele utiliza nessa Moção, nomeadamente o “apartheid”, tipo apartheid como ele referiu, na medida em que nos parece que, se efetivamente e a linha de pensamento do Partido Socialista é uma linha de pensamento, de liberdade, respeito pelos direitos humanos, respeito pelas minorias, de integração social de todos na nossa sociedade, também entendemos que vivemos numa sociedade de direito em que as leis, as regras de convivência entre todos os grupos sociais devem existir. Portanto não é porque uma comunidade é minoritária que tem direitos que se sobrepõem aos da sociedade portuguesa. Temos ali um caso que nos parece um caso de segurança pública, um caso diremos de Polícia, um caso que afeta a segurança de trabalhadores, nomeadamente dos CTT, como poderia ser de outros trabalhadores que nos batem à porta de casa para fazer publicidade seja ao que for e parece-me que em primeiro lugar há ali um caso efetivamente de segurança no trabalho dos funcionários dos CTT e isso já foi acautelado numa determinada maneira, não nos parece que seja a maneira melhor, mas temos que ter isto em consideração, não podemos privilegiar comunidades só porque elas são minoritárias. Temos ali um caso que deve ser e que estou convencido e que sei que a Câmara Municipal, ao longo dos últimos anos, tem estado atenta às situações que têm ocorrido naquele bairro. Eu vivi lá muito próximo durante sete anos, portanto sei do que estou a falar e conheço bem aquela realidade e o que eu sugeria, numa postura de abertura, sugeria em nome do Grupo Parlamentar do PS é que a Moção fosse burilada ou aperfeiçoada em alguns termos que nos parecem excessivos, numa perspetiva construtiva, isto é, entendemos também que efetivamente temos ali um problema que não é meramente um problema de violência, é um problema de integração social que deve ser acompanhado por várias instituições que estão no terreno a fazer um trabalho meritório, mas eventualmente não tem conseguido dar todos aqueles frutos que nós desejamos. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou então a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, que me disse que o seu tema tinha a ver com a segunda moção e que prescindiria da sua inscrição no período antes da ordem do dia. -----

-SEIS - SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) –

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, público em geral e Comunicação Social. Pese embora a explicação prévia que o Senhor Presidente da Mesa inicialmente deu relativamente a esta problemática da Reforma da



Administração Local, o Partido Socialista não quer deixar de marcar a sua posição relativamente a este assunto que considera de primordial importância. Estaremos, a breve prazo, perante um diploma emanado da Assembleia da República, metamorfose do Projeto de Lei n.º 44/XII, do Conselho de Ministros de 2 do corrente mês que, no seguimento do que foi o tão amplamente contestado Documento Verde da Reforma da Administração Local e seus irreconhecíveis critérios, deverá estabelecer os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica, e definir os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo. Viseu e as suas autarquias locais, designadamente as municipais, não têm, até agora, a nosso ver, dado a necessária ênfase a esta matéria, prevista no referido Documento Verde, de extrema importância para as populações. A sua divulgação, para conhecimento e discussão por parte das autarquias locais de freguesia e da população cujas consequências lhes irão bater à porta, não foi tão ampla quanto seria possível e desejável, por forma aferir-se das suas aplicabilidades, justiça e sobretudo, da sua eficácia no nosso concelho. Salvaguardo aqui algumas exceções onde, de facto, com clareza e transparências, houve tentativas e concretização de ações que levaram a que alguma gente tivesse tido algum conhecimento, minimamente correto sobre a matéria. O Partido Socialista de Viseu entende ser necessário rever a organização política e administrativa do território e não pretende alhear-se ou desonerar-se das suas responsabilidades que, uma medida com tal alcance, deverá acarretar para o nosso concelho. Antes pelo contrário, o PS Viseu quer ser parte interveniente na matéria, desejando dar o seu contributo sempre numa perspetiva bem alicerçada de salvaguardar e de privilegiar a consagração da defesa dos interesses, os seus valores culturais, históricos e patrimoniais, a sua identidade, orgulho, características, memórias e qualidade de vida, entre outras coisas, das populações envolvidas no processo, cuja opinião deverá ser a mais importante em toda a sua extensão. De facto, o Partido Socialista de Viseu, enquanto tal e através dos seus representantes na Assembleia Municipal bem como na qualidade de integrante do Grupo de Trabalho criado na sessão deste órgão autárquico que se realizou em 30 de dezembro último, pretende ser parte na discussão e em todas as iniciativas para encontrar a melhor solução, no âmbito da Reforma da Administração Local, para as freguesias e para as Gentes do nosso concelho. A Reforma da Administração Local prevista no Documento Verde, e a agora consagrada na Proposta de Lei n.º 44/XII, do Conselho de Ministros de dois do corrente mês não corresponde, a nosso ver, àquilo que deverá a ser uma reforma do poder local que dote o país, particularmente o nosso concelho, de um novo mosaico autárquico que sirva os anseios, as necessidades e os interesses da população. Para que tal seja possível é necessário envolver toda a população interessada, as instituições representativas e os órgãos autárquicos, ouvir todos e colher as suas opiniões, dando-lhe o necessário acolhimento e respeito. É que, está em questão o futuro da organização política e administrativa do território que mais próxima e diretamente interfere com a vivência, a história, os valores, a identidade, o orgulho, as características, as memórias, a qualidade de vida, entre outras coisas, das gentes das freguesias, muito em especial as mais periféricas ou rurais. Não pode mexer-se com tudo isto sem se envolver, ativamente e diretamente, as pessoas a quem os resultados finais mais virão a afetar, sem aferir sobre se, da sua aplicação são, ou não, tidos em consideração e servem os desígnios da população e colhe, ou não, a concordância dos autarcas que as representam. Elas, essas pessoas, bem como os autarcas que elegeram, em conjunto têm o direito de se pronunciar, vinculativamente, sobre o seu futuro do território político-geográfico que escolheram ou em que se resignaram viver. Trata-se, a nosso ver, de uma tentativa de Reforma da Administração Local, que o Governo e o PSD pretendem impor aos Portugueses e por conseguinte aos Viseenses, talhada “a régua e esquadro”, engendrada nos gabinetes do Terreiro do Paço por quem não conhece a realidade do país, especialmente a do território e das gentes do interior mais profundo, sem respeito por essas gentes e sem respeito pela sua identidade, cultura e história e pelo seu património. As freguesias das áreas rurais não



podem ser tratadas identicamente às das zonas urbanas, cujas respetivas especificidades são bem diferentes, devendo por isso ser adequadamente enquadradas numa reforma da Administração Local que se pretende justa, equilibrada e bem concebida. Os critérios que originaram a classificação das freguesias prevista no Documento Verde da Reforma da Administração Local, nada tendo a ver com a realidade, são bem a prova da cegueira com que se pretende, apenas e a qualquer custo, reduzir o número dessas autarquias, numa atitude e visão redutoras e economicistas. Para melhor se perceber da forma irreal e desvirtuada como as freguesias foram classificadas no Documento Verde, no que respeita ao nosso concelho, basta aceder ao site Municipal e ver como aí são classificadas, pela entidade que melhor conhece a realidade em todas as suas vertentes, uma a uma e cada freguesia, entre rurais e urbanas. Aquilo que parece pretender-se com a aplicação, pouco cuidada e pouco preparada e não auscultada nem discutida, dos critérios do Documento Verde para a Reforma da Administração Local, bem como da legislação preconizada no Projeto de Lei n.º 44/XII, do Conselho de Ministros de dois do corrente mês, não faz sentido nem trará benefícios no desempenho da atividade dos órgãos autárquicos se não for, depois de evoluir para uma nova versão, com a prestação da experiência de todos os parceiros, autarcas e organismos representativos, compaginado num pacote mais vasto, visando o ajustamento da legislação aplicável e a dignificação e a eficácia do desempenho dos eleitos locais, nomeadamente a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, o Regime Jurídico de Funcionamento e Quadro de Competências e Atribuições dos Órgãos Municipais e das Freguesias, o Quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais, a Lei das Finanças Locais (consagrando a Autonomia Financeira das Freguesias, por forma a eliminar a sua “dependência” para com o município), o Estatuto dos Eleitos Locais, o Regime Jurídico da Criação e Extinção de Freguesias, o Regime Jurídico do Associativismo Municipal e das Freguesias, o Estatuto das Incompatibilidades dos Membros dos Órgãos Municipais e de Freguesia, entre outros. No mesmo pacote legislativo, por forma a dar mais abrangência e consistência a uma reforma como a que se pretende, entendemos que deveria também ser perspetivada a regionalização do continente. Por se tratar de realidades distintas, as freguesias Urbanas / Periurbanas e Rurais, segundo a classificação atribuída pelo Município, no caso de Viseu, deverão ser tratadas de forma diferente, adequada a essa classificação, respeitando a sua respetiva identidade, cultura e história e o seu património. Não nos mereceria qualquer reparo e defendemos que, as freguesias situadas nas zonas rurais, portanto pelo menos todas aquelas completamente fora do perímetro urbano da cidade de Viseu e sempre tendo em consideração a classificação atribuída pelo Município que antes se refere - onde os órgãos autárquicos, em muitos casos, são ainda o garante da presença do poder democrático e as entidades que representam a proximidade entre eleitos e eleitores, até mesmo a ligação das populações ao Estado e fator de travão à desertificação -, depois de ponderadas as opiniões e sugestões apontadas pelas populações diretamente envolvidas, bem como os órgãos autárquicos e sociais seus representativos, se preservassem integralmente como se encontram atualmente. Já quanto às freguesias situadas na zona urbana, entendemos e defendemos ser possível e desejável aplicar soluções de racionalidade, eliminando a duplicação de estruturas administrativas, sempre tendo em consideração as opiniões e sugestões das populações diretamente envolvidas, bem como os órgãos autárquicos e sociais seus representativos. Queremos afirmar categoricamente que, o Executivo Municipal, detentor, reconhecidamente, dos melhores conhecimentos, bem como dos necessários recursos técnicos para a sua concretização, deverá, em todas as situações e circunstâncias, integrar a primeira linha na busca, no encontro e na formalização e aplicação das melhores soluções para as freguesias do concelho, sem nunca perder de vista a articulação com os demais órgãos autárquicos, Assembleias, Juntas de Freguesia, Grupo de Trabalho criado no seio da Assembleia Municipal com a integração de todas as forças político partidárias aí representadas e a própria Assembleia Municipal, a quem nos termos previstos no Projeto de Lei n.º 44/XII, do Conselho de Ministros de



dois do corrente mês, em última instância, cabe deliberar sobre o que lhe venha a ser proposto pela Câmara Municipal ou pelas Assembleias de Freguesia. Esta é a posição que o Partido Socialista quer deixar vincada relativamente a este assunto. Só quero acrescentar relativamente à moção que está em discussão sobre esta matéria apresentada pelo Bloco de Esquerda, queria acrescentar que não concordamos totalmente com ela, na mediada em que passar por um referendo generalizado, digo referendo, embora não seja o termo aplicado pelo propositor, seria levantar aqui uma série de situações e de emoções que talvez não interessem no tratamento de uma matéria como esta. Daí que, reconhecendo que em casos pontuais, isso possa acontecer, genericamente entendemos que não deverá ser assim, pelo que o sentido do nosso voto irá no sentido da abstenção. Muito obrigado.-----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

-SETE - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) –
 Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente em exercício da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros colegas Membros desta Assembleia, público presente. Importa começar por referir relativamente a este aspeto e venho obviamente abordar a questão da Reforma Administrativa e as intervenções que aqui foram feitas, que o PSD não está, de forma alguma contra, ou em oposição a fazer uma devida auscultação das populações. Eu estive presente no Grupo de Trabalho, na última reunião, que foi criado no âmbito da Assembleia da República, para discutir esta questão e conversámos todos de uma forma aberta, de uma forma clara, em que cada um teve a oportunidade de realmente expor as suas ideias. Pasma-me um pouco e é necessário fazer um ponto da situação que realmente depois, obviamente que as reuniões desse Grupo de Trabalho são feitas à porta fechada, aqui a iluminação é outra, as luzes são outras e portanto penso que é preciso fazer um ponto da situação, porque realmente houve uma série de ideias que foram aqui expostas e que não foram realmente colocadas no âmbito desse Grupo de Trabalho, nomeadamente esta situação que vem agora aqui a ser colocada pelo membro do Partido Socialista. Partido Socialista que negociou e assinou um memorando com a troika. No âmbito desse memorando foram definidas regras para realizar esta Reforma Administrativa, aliás, o único critério que foi estipulado e que foi estabelecido nesse memorando foi o número de habitantes. Se calhar, tem sido importante dar uma contribuição ao seu Partido, no sentido daquela que veio aqui apresentar quando foi feita a negociação do memorando com a troika. Realmente dessa forma seriam definidas regras, seriam estabelecidos padrões e a negociação seria muito melhor do que aquela que foi realmente feita pelo Partido Socialista com a troika. Portanto, estivemos aqui uma lição teórica, realmente bem elaborada, mas nós temos que passar da teoria à prática e o que para mim é relevante é que, realmente está criado um Grupo de Trabalho, esse Grupo de Trabalho vai definir metodologias, já definiu algumas metodologias, vai definir outras e obviamente que dentro dessas metodologias estará também a consulta e o ouvir das populações e isso será certamente tido em conta. Parecem-nos a nós que há aqui uma dicotomia e uma dualidade, porque uma coisa é estarmos todos a trabalhar em conjunto, envolvidos num grupo que deverá abrir o caminho para realmente tratar destes aspetos no concelho de Viseu relativamente à reorganização administrativa e depois temos aqui, de uma forma paralela, a surgirem ideias que vão, de certa maneira, contra aquilo, ou que pelo menos, não foram de maneira alguma lançadas na reunião pelos membros dos Partidos que nela estavam presentes e nós vimos aqui ouvir coisas novas, coisas que não foram nunca discutidas no âmbito desse Grupo de Trabalho. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos sobre esta matéria. -----

-OITO - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores



Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Presidentes de Juntas de Freguesias, Comunicação Social e demais funcionários, a ver se não me esqueço de ninguém. De uma forma rápida, uma abordagem sobre estas duas moções. Em relação à primeira apresentada pelo Bloco de Esquerda e subordinada à questão do Bairro Social de Paradinha, nomeadamente às dificuldades com a entrega da correspondência, para nós há uma questão que é clara, a lei é como o Sol, quando nasce, nasce para todos e em primeiro lugar há um problema de ordem pública, um problema de segurança que compete às autoridades, em consonância com os envolvidos, ou com os lesados, os prejudicados, resolver. Depois a questão social pensamos que está a ser devidamente acompanhada por quem de direito e não nos parece que caiba no âmbito desta Assembleia Municipal, estar-se a imiscuir numa questão desse tipo, que merece algumas cautelas e alguns cuidados e que deve estar entregue a profissionais. Para além de que me desagradou profundamente o teor do texto da Moção, alguns dos termos utilizados. Reiteramos a nossa preocupação, acompanhamos, mas entendemos que a lei é para cumprir e portanto ninguém se pode pôr fora do cumprimento da lei e ninguém, por fazer parte de uma minoria ou de uma maioria, seja ela qual for, pode daí tirar benefícios ou ser também prejudicado. Mas vindo do Bloco de Esquerda é uma Moção que não me surpreende. Em relação à segunda questão da reorganização administrativa, se calhar o Senhor Presidente é melhor extinguir o Grupo de Trabalho, porque reunimos por duas vezes, por acaso o CDS e o PS foram os únicos a estar presentes das duas vezes, mas as faltas estão devidamente justificadas, não é por aí, mas chegámos a um acordo sobre a metodologia de trabalho. Na última reunião estiveram presentes os Senhores representantes do Executivo Municipal que expuseram de forma informal, porque a Câmara ainda não tomou, penso que não tinha tomado e penso que ainda não tomou nenhuma posição sobre o assunto, expuseram de forma informal o que podia ser a opinião do Executivo. Nós acordámos entre todos uma metodologia de trabalho, passada uma primeira fase por aguardar exatamente por essa informação do Executivo e depois, partindo do pressuposto que porventura aquilo que vos foi transmitido seria a confirmar a realidade, então partimos para uma fase de discussão, de análise, com a ajuda dos serviços técnicos da Câmara Municipal, reconhecendo nós as limitações que teremos em grau de conhecimentos para o fazer, decidimos também que, se a memória não me traiçoa, fomos unânimes em considerar que seria útil ouvir as forças vivas da Cidade, também que não seria útil fazer um debate extremamente alargado, dado que a própria especificidade desta questão, a possibilidade veem com certeza levantar várias questões, questões umas mais bairristas, outras menos bairristas, é natural, mexe connosco, mexe com as nossas populações, mexe com as nossas freguesias, que também têm direito à sua opinião, todos somos sensíveis às opiniões das populações. Algumas Assembleias de Freguesia já se têm pronunciado fazendo chegar a esta Assembleia Moções ou posições, outras estarão à espera que a lei seja finalmente aprovada e também que lhes seja, que tenham no fundo uma ideia sobre aquilo que lhes irá “acontecer”, para o fazer e nós cá estaremos para os ouvir e tentar, com base no diálogo e na concertação entre todos, chegar a uma proposta que seja do agrado de todos. É evidente que é impossível agradar a gregos e a troianos, temos a noção da nossa responsabilidade do que estamos incumbidos, virá à Assembleia Municipal. A própria lei é clara, diz que é em sede da Assembleia Municipal que sai, que poderá sair a proposta e é a própria lei que consagra que as Assembleias de Freguesia deverão emitir pareceres e também diz que, se no limite, todos quisermos daí lavar as mãos, então sim, aí é a régua e esquadro, por omissão da nossa parte, alguém num corredor duma qualquer avenida menos ensolarada da Capital, o fará por nós. Não gostaria que isso acontecesse, gostaria de deixar aqui que por parte do CDS, há um acompanhamento e um cuidado muito especial com esta questão, estamos disponíveis para ouvir todos, estamos disponíveis para reunir com todos, agora não podemos é a quinta dizer uma coisa e à segunda-feira dizer outra e no limite, até poderemos permitir que as reuniões, anuir que as reuniões do



Grupo de Trabalho, se ele se mantiver, sejam abertas à comunicação Social e se calhar, assim até poupamos aqui algum tempo. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Paulo.-----

-NOVE - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, colegas Deputadas, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores. Impõe-se evidentemente aqui um esclarecimento e eu parece-me que sou a pessoa indicada para o fazer, uma vez que estive nas já referidas duas reuniões realizadas até agora, da já referida também, Comissão desta Assembleia Municipal, para o tratamento desta matéria. Eu compreendo que haja aqui vontade de baralhar um bocado algumas questões, mas isto não tem rigorosamente nada de complicado no que diz respeito ao Partido Socialista. O Partido Socialista, pela voz do Deputado Alberto Ascensão, trouxe hoje aqui a esta Assembleia Municipal o que é a posição do PS, que é do conhecimento, ou julgo que deveria ser, de todos os Membros da Comissão. Na primeira reunião que aconteceu desta Comissão foi pedido a todos os Partidos desta Assembleia para manifestarem a sua posição e o Partido Socialista manifestou a sua posição. O que hoje aqui não prescindiu de fazer foi manifestá-la também nesta Assembleia. Porque uma coisa é o que o Partido Socialista dita para a Comissão, uma coisa é o que o Partido Socialista diz aos Membros da Comissão, outra coisa é o que fica para a história, fica para a história e é dito nesta Assembleia Municipal e se os Senhores Deputados tiverem a atenção de ir ler o e-mail enviado pelo Partido Socialista à Comissão e portanto a nossa posição, verão, verificarão que rigorosamente nada de diferente foi dito hoje nesta Assembleia. O Partido Socialista é favorável a uma Reforma da Administração Local, é favorável a uma maior eficiência, eficácia nos recursos humanos, financeiros, todos eles no que diz respeito à gestão do nosso território, o Partido Socialista é favorável à fusão de algumas freguesias, o Partido Socialista será intransigente no que diz respeito e é muito sensível no que diz respeito às freguesias mais rurais. Julgo até e não estarei a fazer favor nenhum, isso terá sido mais ou menos dito por todos os Partidos, do CDS ao PSD, ao Bloco de Esquerda. Não vamos efetivamente inquinhar aqui o debate, o Partido Socialista está de boa fé. Senhor Deputado, agradecemos que nos recorde a assinatura do memorando, mas nós somos homens de palavra e não nos esquecemos do que assinamos, do que nos comprometemos e nada disso foi hoje aqui posto em causa, rigorosamente nada, se estivéssemos numa postura demagógica, eventualmente populista, vai-me desculpar o Deputado Carlos Vieira, mas efetivamente não votamos a Moção do Bloco de Esquerda porque entendemos que estar a referendar localmente uma questão sensível como esta é estar, como também já foi dito no âmbito da reunião da Comissão, é estar a trazer demasiada emoção, enfim, argumentos pouco, eventualmente, ou menos racionais e que não são, efetivamente, contributos interessantes à discussão. Portanto, que fique claro que o Partido Socialista, não há aqui nenhuma dicotomia, não há aqui nenhuma dualidade, não há aqui nenhum incumprimento, ou querer faltar com a palavra de rigorosamente nada. Há uma posição que é clara, somos favoráveis, não somos evidentemente é favoráveis nos termos em que o Livro Verde propunha as coisas, na maior parte das coisas que eram previstas nesse mesmo Livro Verde. Bem sabemos e reconhecemos que o projeto-lei ultrapassa algumas questões muito polémicas do Livro Verde, mas do nosso ponto de vista continua a merecer reparos. Agora não está é convencido o PSD e o CDS, porque estão coligados no governo, que vão avançar, sabemos que é difícil, sabemos que o País precisa de reformas, estamos cá para ajudar, agora não podem é querer fazer exatamente de régua e esquadro. O Partido Socialista já o disse e é absolutamente coerente, votou o ano passado uma proposta, uma Moção do Bloco de Esquerda que o PSD, aqui pela voz do Deputado Manuel Teodósio, veio classificar como completamente extemporânea, recorro a esta Assembleia que no ano passado por esta altura, o Bloco de Esquerda propôs a criação de uma Comissão para o acompanhamento,



para se começar a discutir o tema das fusões e das freguesias e da reorganização do território ao nível da administração local e o PSD nesta Assembleia, note-se, sublinho, há pouco mais de um ano, disse: “não, não, isso é uma discussão completamente extemporânea, isso não faz sentido nenhum, estamos longe disso” e o PS, coerentemente, na altura votou a favor dessa Moção, votou a favor da criação de uma Comissão que, enfim, uns meses, sete, oito ou nove meses, depois vem efetivamente a ser criada nesta Assembleia. Portanto, coerência total, o tema já estava claramente na ordem do dia, já estava na agenda, a Câmara Municipal, e o Município de Lisboa e da Covilhã já estavam a trabalhar, como toda a gente sabe, nessa matéria. O governo depois veio propor o que propôs e o Partido Socialista está nesta matéria com toda a sua consciência completamente tranquila. Estamos nesta Assembleia Municipal da mesma forma que estamos nas reuniões da Comissão que acompanha esta matéria, favoráveis a uma reforma com pés e cabeça, estudada localmente e o que, eventualmente, ainda não destacaram do que foi a posição do Partido Socialista e que é importante, provavelmente caberá depois ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, calculo que terá ficado claro na posição do Partido Socialista e que o Deputado Alberto Ascensão aqui trouxe, que entendemos que o Executivo Municipal, deverá caber ao Executivo Municipal apresentar uma primeira proposta para ser discutida depois então pela Comissão criada por esta Assembleia Municipal. Parece-nos que é o órgão que terá mais informação, que terá mais técnicos, mais meios ao seu dispor, mais conhecimentos específico para depois poder ser, com todo o rigor, com toda a serenidade, sem nenhuma demagogia, ser analisado então este tema tão importante para o nosso concelho e de resto para o nosso País. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. Não tenho mais nenhuma inscrição para o debate destas Moções. -----

-DEZ - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) –
 Senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Vamos lá a ver se a gente fecha isto rapidamente e passamos a outras questões, mas percebemos aqui e penso que ficou aqui claro a necessidade de algum protagonismo, a necessidade, como há pouco o meu colega aqui falava, dos holofotes, dos focos, de trazer as coisas para aqui. E eu queria muito sinteticamente, muito telegraficamente, também fazer aqui um histórico e um ponto da situação para separar definitivamente estas águas. Porque uma coisa é a parte teórica, outra coisa é a parte prática, se a parte teórica é toda muito linda entendemos e nos fundamentos estamos todos de acordo, o que dói é a parte prática. Mas vamos lá então à parte prática, porque também se me perguntarem: então mas o PSD pediu a extinção de alguma freguesia? Não. Se me perguntarem: concordam com a extinção de alguma freguesia? Não. Agora é uma questão de coerência, eu ouvi aqui muitas vezes a palavra coerência, mas nós também temos coerência, nem está a ser posta em causa. Obviamente o texto que aqui foi lido pelo Senhor Deputado Ascensão é o texto que foi enviado, correto, foi enviado para a Comissão, para a Comissão discutir, mas a gente percebe que na Comissão, como não há Comunicação Social as coisas ficam ali muito fechadas e não têm visibilidade, é preciso vir aqui para ter a visibilidade e é por isso também que eu, em parte, sou levado a concordar aqui com o meu amigo Deputado Rui, naquela que parece que se quer pôr em causa a funcionalidade da própria Comissão, quando aqui não queremos abdicar do palco, relativamente a essas questões. Agora o que é preciso ver e isto são factos e que é a parte prática, não é a parte teórica, é que há um memorando que foi negociado e assinado pelo governo anterior, leia-se Partido Socialista, e que foi assinado pelo Partido Social Democrata e também pelo CDS/PP, pelo que em termos de responsabilidade temos todos hoje a mesma responsabilidade. O Partido Socialista não tem mais responsabilidade nem menos responsabilidade do que o Partido Social Democrata por ter negociado o memorando, porque a partir do momento em que a gente assina estamos todos com iguais responsabilidades. O Partido Socialista negociou,



nós como não éramos governo, não tivemos hipótese de negociar, só subscrevemos esse mesmo memorando. Agora o que é preciso é pôr em prática, porque o memorando não dizia como é que se ia concretizar esta redução. Ora, esta é que é a parte que é sempre complicada, na teoria estamos de acordo, mas não chega à frente com nenhum projeto. O Partido Socialista, o tempo que ainda esteve no governo depois dessa negociação, desse acordo do memorando, não pôs cá fora, em papel, nenhuma proposta, porque não era fácil ou porque não era vantajosa, porque não dava para ganhar votos e por isso não se pôs cá, eventualmente ou por outras razões por aí além. Mas o que nós ouvíamos é que havia, os números que saíam eram de que era para extinguir as freguesias com mil eleitores. Nós, de uma maneira ou de outra, nós acabávamos por ir ouvindo isto, nunca saiu isto em nenhum documento oficial, mas era isto que se ouvia e há aqui uma proposta que teve que ser feita, foi um Livro Verde de que já não vale a pena falar porque o Livro Verde já não existe, já é passado, neste momento estamos com um diploma que foi aqui referido e é sobre esse que temos que trabalhar e também foi dito aqui claramente que, ou há um trabalho de concertação e de união entre todos, para dentro daqueles patamares e daqueles intervalos sondar, tentar fazer aqui um desenho que de alguma forma seja satisfatório, senão vem a questão da régua e esquadro que obviamente que é aquilo que entendemos que deverá ser evitado a todo o custo. Vou terminar, concluir, fazendo novamente um apelo, ou a Comissão efetivamente acreditamos e entendemos que deve ter posição, ou entendemos o contrário. Se entendermos o contrário vamos extinguir a Comissão. Se existe a Comissão vamos trabalhar no âmbito da Comissão, ou se entendermos que a Comissão, porque há falhas e então devem ser referidas, agora tentar trabalhar ali e depois aproveitar aqui para ficar bem na fotografia, está toda a gente a preparar-se para ficar bem na fotografia, eu hoje até venho de gravata contrariamente ao meu costume também para ficar bem na fotografia e gostaria de ficar bem na fotografia, mas mais importante para nós do que ficar bem na fotografia, é que o Concelho e as Freguesias de Viseu fiquem bem na fotografia final. Muito obrigado.-----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Para encerrar o debate e porque não tenho mais nenhuma inscrição, o autor das duas Moções tem os três minutos para poder responder às questões que foram colocadas. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-ONZE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social presente e funcionários em exercício. Relativamente à primeira Moção sobre o Bairro Social de Paradinha eu esclareceria apenas que a ideia desta Moção é tentar esta Assembleia ajudar a resolver um problema grave do nosso município, gravíssimo, que deixa mal o município. Eu posso referir aqui que falei com uma pessoa, um técnico do Alto Comissariado para a Emigração e Diálogo Intercultural que achou lamentável a solução do apartado, porque de facto ia como disse um jornal de Viseu, era perpetuar o apartheid e quando falo em apartheid é para jogar de facto com a questão dos apartados, porque não resolve o problema, de facto o problema como bem disse o Senhor Vereador Hermínio Magalhães, resolve-se com o trabalho continuado que a Cáritas está a fazer no Bairro, etc., mas esse trabalho é um trabalho que demora anos. Houve uma experiência muito interessante no Bairro da Balsa que foi financiado pelo IDT, pelo Instituto da Droga e Toxicodependência, com parceiros sociais, a Federação das Associações de Pais que foi o proponente, que era o Projeto Humanizarte que através das artes pretendia de facto mobilizar a população, os moradores do Bairro da Balsa que também tem moradores, uma percentagem considerável de moradores de etnia cigana, para esses problemas que eu referi na Moção e que só com a mobilização, o diálogo intercultural, de forma a valorizar também a cultura e as tradições da etnia cigana é que isto se resolve. Acontece que a Câmara Municipal perdeu uma oportunidade quando em dois mil e nove o Alto Comissariado para a



Emigração de Minorias Étnicas propôs, aliás, agora Diálogo Intercultural propôs, convidou todas as Câmaras do País a aderir a este Projeto Piloto de Mediadores Municipais Ciganos, de facto a Câmara Municipal de Viseu que tem desde há muito tempo estes problemas, não se candidatou. Agora o objetivo não é chorar sobre o leite derramado, o que interessa é resolver o problema e como o Alto Comissariado prevê que daqui a dois anos possam ser abertas novas candidaturas, o que eu propus, o que o Bloco de Esquerda propõe com esta Moção é exatamente que se comece desde já a preparar junto de, por exemplo da Cáritas. Eu pertenço à Associação Indivíduo, como sabem, em Sintra, na Câmara de Sintra, somos também gestores dum projeto da Câmara de Sintra com mediadores interculturais ciganos municipais. Portanto, estes problemas resolvem-se assim, com diálogo com as populações e é nesse sentido porque esta Assembleia não se pode alhear destes problemas que eu também propus a criação de um Grupo de Trabalho que encetasse, junto com os técnicos que lá estão, nomeadamente a Cáritas e outros como o Presidente da Junta, encetasse o diálogo com as populações. Nós não podemos estar à espera que as pessoas se integrem, a maioria é que tem que dar o exemplo, a maioria é que tem que ir dialogar, não pode estar à espera, todos os cidadãos, isso é dito na Moção, os direitos são iguais para todos, foi aqui referido abundantemente e isso é verdade, a Moção também o diz, todos têm direitos e deveres, mas para exigir isso temos que dar o exemplo e foi nesse sentido que eu acho que a proposta é construtiva e não, pelo contrário, só releva o papel que tem sido feito, tanto pela autarquia como pela Cáritas neste caso e outras. Vou já concluir, sobre a outra moção, já agora só queria dizer aqui sobre a questão do Grupo de Trabalho, nós somos a favor do Grupo de Trabalho. Já agora, só para esclarecer, eu falei à segunda reunião, à primeira, porque não recebi a convocatória, por um erro de e-mail não me foi enviada, isso já está retificado e na segunda reunião tive o cuidado de dizer a posição do Bloco de Esquerda, nomeadamente a defesa do referendo local. Mas, se este Grupo de Trabalho, cujo objetivo é trabalhar a proposta da Câmara para o mapa das freguesias, mas isso não condiciona nem as Freguesias, façam Assembleias de Freguesias e isso não está na metodologia e não a condiciona. De outra maneira nós nunca aceitaríamos que por exemplo esta metodologia acabasse com uma reunião, porque é evidente que tem que haver um envolvimento das populações. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Antes de passar à votação destas duas Moções gostava de recordar a metodologia que foi aprovada por esta Assembleia para que fique em Ata. Esta Assembleia não constituiu um grupo informal. Esta Assembleia criou um grupo formal de trabalho para tratar desta temática, isto é a primeira questão. Segunda questão, todo o material que for disponibilizado a este Grupo de Trabalho é público, há atas, há uma ata da primeira reunião, há uma ata da segunda reunião, a que ficam apensos todos os documentos que são trazidos ao Grupo de Trabalho, designadamente as posições do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda que foram enviados para este Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho é como se estivesse a Assembleia Municipal reunida, num formato mais reduzido, para tratar especificamente o assunto. Não é um grupo informal e gostava de recordar que na última reunião deste Grupo de Trabalho que foi presidida por mim, o que nós definimos foi que, nos termos da proposta de lei que está na Assembleia da República, que haveria lugar a uma definição por parte da autarquia, da forma de participação. Isto foi o que ficou claro. A autarquia, numa reunião do executivo, irá abordar o assunto e irá definir a sua forma de participação nos termos que a lei permite. Ou a autarquia chama a si a apresentação da metodologia que depois terá que ser, terá que haver uma pronúncia por parte da Assembleia Municipal, ou a autarquia diz: não vamos tomar nenhuma iniciativa e que seja a Assembleia Municipal a fazê-lo. Depois ficou também definido que até este assunto estar concluído, que este Grupo de Trabalho se manteria a funcionar neste seu formato exatamente com a Mesa e com uma pessoa, o líder de cada grupo municipal. Ficou também definido que o urbanismo da Câmara Municipal de Viseu nos iria fornecer todos os mapas que nos permitissem formular uma opinião sobre esta matéria, dados



demográficos, densidade populacional, enfim, todos os estudos necessários que esta Assembleia Municipal não tem meios para os obter. Ficou também referido que por proposta, por acaso até do Bloco de Esquerda, que iria haver uma reunião alargada dos Membros da Assembleia Municipal, não seria o formato de uma Assembleia Municipal, mas seria o formato de uma reunião em que estariam presentes todos os Membros da Assembleia Municipal, convidando as várias forças vivas do Concelho para se pronunciarem sobre essa matéria e nunca haveria uma situação desta Assembleia se pronunciar à porta fechada, como é óbvio Senhor Deputado. Obviamente que haverá o dia em que haverá uma reunião formal desta Assembleia para se pronunciar sobre a metodologia que iremos seguir e isto de uma forma muito clara foi o que se passou. Agora também quero chamar à atenção dos Senhores Deputados, cada um dos Senhores Deputados tem um mandato que lhe foi conferido pelo voto popular e na Assembleia, dentro daquilo que é o regimento, tem toda a liberdade para fazer as intervenções que entenderem, para apresentar as Moções que entenderem, debaixo do cumprimento do regulamento e da lei em vigor. Agora, Senhores Deputados, se calhar na última reunião do Grupo de Trabalho podiam ter proposto ao Grupo de Trabalho outra metodologia e diziam assim: somos da opinião que na próxima Assembleia Municipal devemos abrir um período de debate e tínhamos debatido isso no Grupo de Trabalho e hoje estaríamos todos aqui a dizer assim, no cumprimento da metodologia que foi adotada, agora o que não me parece muito correto, enquanto Presidente do Grupo de Trabalho, é que nós estipulássemos uma metodologia e logo na primeira reunião a seguir a metodologia foi posta em causa, mas pronto, cada um dos Senhores Deputados, é livre de fazer aquilo que bem entender. No meu entendimento era preferível que na última reunião, em vez de definirmos que iríamos fazer uma reunião alargada às forças vivas e que depois teríamos a reunião formal, nós também podíamos ter definido uma metodologia a dizer assim: na próxima Assembleia nós vamos fazer um primeiro “approach” a esta matéria, depois vamos fazer aí um ou dois debates, quer dizer, nós tivemos a oportunidade no Grupo de Trabalho de colocar tudo em cima da mesa. Eu recordo-me que no final da reunião, exatamente com base nesta nota que tenho aqui, eu perguntei a todos os Membros do Grupo de Trabalho: estamos de acordo em relação a esta metodologia? E toda a gente disse que estava de acordo em relação a esta metodologia. É só para que fique claro, para que não fique a ideia de que este é um grupo informal, não, isto é um grupo formal da Assembleia Municipal. É um grupo formal que teve um início, vai ter um fim e no final haverá um dossier que fica para memória futura de tudo o que se passou nesse Grupo de Trabalho, com atas, com documentos, para que quem vier depois saiba o que é que nós estivemos a fazer neste domínio. Só para que fique bem claro e que não haja nenhuma dúvida nem nenhuma insinuação de que é um grupo, isto deveria ser discutido à porta fechada ou aberta, não, em democracia tudo é discutido à porta aberta, aliás, não pode ser de outra maneira. Os cidadãos elegeram-nos exatamente para nós debatermos de uma forma aberta os problemas, por isso é as Sessões da Assembleia Municipal também são sessões públicas, onde os cidadãos podem participar e até têm um período no final onde podem emitir a sua opinião. Feitos estes esclarecimentos para que fiquem em ata e que fique bem claro aquilo que fizemos até agora, iríamos então passar às votações das duas Moções. A primeira Moção sobre a questão do Bairro Social de Paradinha, vou pôr à votação. Foi rejeitada com quarenta e um votos contra, dez a favor e duas abstenções. Passávamos agora à votação da segunda Moção sobre a questão que estivemos a debater da Reforma da Administração Local. Foi rejeitada com quarenta e cinco votos contra, um a favor e sete abstenções. Dou de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-DOZE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Assembleia, de uma forma muito rápida e para aligeirar também um bocadinho as tensões apresentar, no seguimento de um evento que recentemente teve lugar no Concelho de Viseu e no Concelho limítrofe do Sátão, apresentar uma Moção de Louvor que passo a ler



e entregarei de seguida na Mesa. Moção – É com enorme satisfação e orgulho que a Assembleia Municipal de Viseu homenageia através desta Moção de Louvor, o Clube de Orientação de Viseu. Instituição com quinze anos de existência viu, recentemente, o seu esforço e dedicação em prol do desenvolvimento e da divulgação da modalidade de “Orientação” ser fortemente reconhecido com a realização do Portugal ”O Meeting” – POM dois mil e doze, que decorreu entre os dias dezasseis e vinte e um do corrente mês de fevereiro tendo como base a cidade de Viseu e estendendo-se ao Concelho do Sátão. Tratou-se de uma excelente jornada desportiva, com elevado impacto nos concelhos que acolheram esta prova e que trouxe até nós cerca de dois mil participantes, oriundos de mais de trinta países, tornando-se numa excelente jornada de promoção da nossa região. Mas, o COV e a sua atividade, não se resumem apenas a este evento e à “Orientação”, desenvolve, também outras atividades no âmbito do chamado desporto de aventura. Pelo que se pretende que esta Moção de Louvor seja, também, um estímulo para o futuro, para além do reconhecimento do trabalho até agora desenvolvido. Assim, os Deputados Municipais do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze: Um – Se aprove um voto de louvor ao Clube de Orientação de Viseu; Dois – Se dê conhecimento desta Moção aos Órgãos Sociais do Clube de Orientação de Viseu. É só. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Eu tenho informação que o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba também queria intervir sobre esta matéria e em vez de lhe dar a palavra mais à frente dou-lha já. Tem a palavra, faça o favor. -----

-TREZE - SENHOR DEPUTADO RAMIRO DA CRUZ LOUREIRO - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA (PSD) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu em exercício, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Exma. Comunicação Social e Exmo. Público presente. No período de dezoito a vinte e um de fevereiro, realizou-se a décima sétima edição do Portugal ”O Meeting” dois mil e doze, no distrito de Viseu, mais concretamente nos Concelhos de Viseu e Sátão. O Portugal ”O Meeting”, recorde-se, é a mais importante prova de orientação pedestre levada a cabo no nosso País e a mais prestigiada prova do calendário internacional de inverno organizada pelo Clube de Orientação de Estarreja e o Clube de Orientação de Viseu - Natura, com o apoio dos Municípios de Viseu e Sátão. Para além da vertente desportiva, este evento trouxe à região cerca de dois mil atletas de todo o Mundo. O total de mil, setecentos e quarenta e oito atletas de vinte e nove países inscreveram-se no evento, dos quais mil, cento e sessenta e seis estrangeiros. Dos duzentos e setenta e dois atletas inscritos no escalão de Elite Masculina, treze integraram a lista dos vinte e cinco melhores atletas do ranking mundial; no escalão de Elite Feminina contou com a presença de cento e trinta e duas atletas, das quais dez fazem parte da lista das vinte e cinco melhores do mundo. Os quatro dias de competição distribuíram-se por provas de média e longa distância, com a particularidade da prova do terceiro dia ser pontuável para o ranking mundial da modalidade. Na noite do primeiro dia do evento, o centro urbano de Viseu animou-se com o sprinter noturno, enquanto a tarde do segundo dia foi dedicada ao desporto adaptado, com disputa da etapa inaugural da Taça de Portugal de Orientação de Precisão dois mil e doze, disciplina particularmente vocacionada para pessoas com mobilidade reduzida e que teve lugar no Parque do Fontelo. No Parque Aquilino Ribeiro decorreu igualmente uma demonstração da atividade de orientação adaptada, destinada a pessoas portadoras de deficiência intelectual. De referir que a prova foi ainda aberta a todos os que gostam de praticar este desporto ao ar livre. A participação foi estruturada dos dez aos doze anos (classes de formação) e até mais de oitenta anos em (classes de competição). Acrescentar o apadrinhamento desta prova do nosso conterrâneo e campeão olímpico Carlos Lopes. A importância deste evento não se resumiu somente à vertente desportiva. Aos participantes



foi dado a conhecer as potencialidades da região, quer ao nível patrimonial e turístico, permitindo ainda alavancar a economia local e nacional no valor estimado de um vírgula cinco milhões de euros. A capacidade hoteleira da região registou taxas próximas dos cem por cento e toda a economia local, da restauração ao pequeno comércio, foi fomentada. Felicito pois a Organização pelo grande êxito desportivo na modalidade e obviamente o Município de Viseu, na pessoa do senhor presidente Doutor Fernando Ruas, por todo o apoio logístico imprescindível ao sucesso deste evento. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Não houve apresentação de nenhuma Moção, temos esta para debater e votar. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a Moção apresentada. Não tendo nenhuma manifestação nesse sentido, vou pôr então à votação. *A Moção foi aprovada por unanimidade.* Dou agora de seguida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo, que não está. Dou a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues, que também não está. Então sendo assim, dou por concluído o período antes da ordem do dia e dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para o comentário habitual no final do período antes da ordem do dia. -----

-CATORZE - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Bom dia Senhor Presidente, digníssima Mesa, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Vereadores, Comunicação Social e Público. Permite-me relevar a intervenção da Senhora Deputada Sofia Pires relativamente às comemorações de S. Teotónio, penso que numa parceria muito saudável e que também não é inédita, marca bem a importância desta figura na história de Viseu. A atividade cultural também é certo e sabido que vai realmente continuar numa perspetiva sempre de rigor e contenção financeira, como sabem, é imposta pela conjuntura que vivemos. Relativamente às Moções eu não me pronuncio, elas já foram votadas obviamente, mas queria sublinhar o excelente trabalho que temos feito, sobretudo com a Caritas e não só, com a Comissão de Jovens em Risco e com outras Associações, que no terreno nos dão apoio. Foi aqui falado, por exemplo, a situação da Humanizarte, que eu acompanhei e acompanho e uma vez que nós tínhamos instalações disponíveis, acordámos com a Federação Regional de Associações de Pais e disponibilizámos as instalações do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental a esta Federação, a esta Associação, onde continua a trabalhar, com um trabalho realmente muito meritório e ainda com a vantagem acrescida de aquela comunidade que se insere num bairro, que está muito bem cuidado, não houve ali situação nenhuma. Recordo-me, quando estávamos a fazer a requalificação da Rua dos Bombeiros Voluntários e da Rua José Branquinho, corria, sobretudo entre a comunidade de etnia cigana, que aquele Bloco seria para demolir e nas reuniões que nós fizemos no Salão Nobre, ao fim do dia e sempre muito participadas, pudemos esclarecer que isso não passaria realmente de um boato, antes pelo contrário, nós fizemos uma requalificação exatamente igual à dos outros Blocos e à envolvente dos outros Blocos e é desta maneira, mais do que com palavras, que se faz a inclusão, que se fazem realmente esforços de integração. Hoje os trabalhos continuam, a atividade continua no CMIA, até para que, curiosamente, não de reparar que o CMIA, só numa situação ao princípio, até antes de lá estar este projeto, é que foi alvo de algum ato de vandalismo. As pessoas que ali residem “apropriaram-se” e muito bem daquele equipamento, porque eles usufruem e são os primeiros a quererem realmente fazer a manutenção e a estima daquele espaço. Referir-me também que, no caso da reorganização territorial, pedir ao Senhor Presidente da Assembleia e o Presidente da Comissão, para lhe fazer realmente a entrega dos documentos, do trabalho de casa que a Câmara ficou incumbida de fazer, as plantas com as comunidades que temos em todo o Concelho, visualizam-se bem, numa planta bem dimensionada e depois nós faríamos realmente chegar, com os dados relativos à demografia de cada freguesia, para depois cada um dos representantes trabalhar e para, tal como foi também, digamos consensual, propormos um modelo de reorganização. É lógico que o Executivo a seu tempo se pronunciará, mas também me parece que



deveremos ser prudentes, tal como falámos nessa Comissão, porquanto a lei não está ainda aprovada e penso que algumas das questões que aqui foram levantadas, ou estarão ultrapassadas, “demodé”, ou estarão em vias de reformulação. Penso que, na Casa da Democracia que é a Assembleia da República, as várias forças partidárias que representam legitimamente o Povo irão verter para um documento final uma lei que também presumo seja o mais consensual possível. E portanto penso que devemos dar algum tempo ao tempo, penso também que já não há dúvida que não se trata de uma proposta, uma “reforma economicista”, porquanto não há, do ponto de vista financeiro, não há realmente economia, não há contenção, antes pelo contrário, o que se pretende é dar peso crítico, massa crítica, eu diria mesmo massa específica, às várias comunidades que serão depois organizadas em Freguesias. Relativamente ao Senhor Doutor Rui Santos, Deputado do CDS, eu penso que o Senhor Deputado Ramiro, Presidente da Junta de Rio de Loba, completou um pouco a sua proposta, que realmente este encontro que teve lugar em Viseu e também no Sátão, teve o empenho muito envolvente, muito participado do Município e se cabe realmente ao Clube de Orientação colher grande parte dos louros, eu penso que o Município de Viseu e logicamente, certamente também o do Sátão se envolveu de tal maneira, criando condições, não se substituindo especificamente ao Clube de Orientação. É bom lembrar também que este Clube de Orientação vem também para Viseu por insistência da Câmara e pelo facto da Câmara lhe ter criado realmente condições e penso que o Doutor Ramiro veio aqui, digamos, acrescentar, ampliar um pouco mais, é lógico que o elogio em causa própria não fica bem, mas é bom sublinhar realmente a grande participação da Câmara Municipal neste evento, que realmente faz parte do marketing das Cidades, cada vez mais. Estou convencido que os Nórdicos que aí estiveram, porque eu também me cruzei muito com eles, ficaram a conhecer mais uma Cidade que, provavelmente de outra forma, não conheceriam e isso é bom para o bom nome e para a valorização do nosso Município. E não tenho mais questão nenhuma aqui a referir. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente aqui presidente em exercício. Eu tenho aqui uma questão que vou colocar à consideração da Assembleia. De facto, quando estávamos no período antes da ordem do dia, chamei o Senhor Deputado Marco Rodrigues que não estava na sala, pergunto se alguém se opõe a que ainda use da palavra, pelo facto de estar ali na sala anexa. Por mim, não vejo problema nenhum, não é por aí que, como se costuma dizer, o gato vai às filhoses, por parte da Mesa não vejo inconveniente. Pergunto aos Senhores Deputados se veem algum inconveniente. Não, então dou a palavra ao Senhor Deputado para o fazer. Obviamente que depois darei outra vez a oportunidade ao Senhor Vice-Presidente de se pronunciar se assim o entender. -----

-QUINZE - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Secretários da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara em exercício, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, caríssimo público e Comunicação Social. Antes de mais, agradecer esta compreensão para apresentar esta minha intervenção e consequente Moção. O assunto que hoje trago a esta Assembleia não é pioneiro, já tendo sido inclusivamente feita uma proposta de recomendação pelo Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda em dois mil e nove. É um assunto que recolheu inclusivamente a simpatia de vários Deputados das diferentes bancadas desta Assembleia e espero que hoje, depois de mais algum tempo de maturação por parte de todos nós, possa receber o apoio e o voto favorável da maioria, ou a unanimidade dos Deputados, trata-se do Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo tem vindo a ser adotado por diferentes autarquias do nosso País, quer por Câmaras Municipais, quer por Juntas de Freguesia, Tendo sido adotado por autarquias com maiorias do PS, do PSD, do PCP e com o apoio dos diversos partidos com assento nas respetivas Assembleias Municipais. A título de exemplo, destaco as experiências levadas a cabo pela Câmara



Municipal de Lisboa e pela Câmara Municipal de Cascais, uma com o executivo do PS e outra com o executivo do PSD. Ambas com uma experiência muito positiva e que tem mobilizado os munícipes a envolverem-se ativamente nos destinos dos seus Concelhos, apresentando ideias e propostas, advogando o valor das suas propostas, mobilizando os eleitores a votar e no fundo, a ajudarem os Órgãos Eleitos a governar da melhor forma os destinos das suas terras. Recentemente o Partido Socialista de Viseu promoveu um fórum/debate público sobre esta temática, onde pudemos ouvir testemunhos de autarcas e cidadãos que estão envolvidos com diferentes Orçamentos Participativos. Uma das ideias fundamentais que os presentes puderam reter deste fórum foi a mudança de pensamento pela qual os autarcas tiveram que atravessar na implementação do Orçamento Participativo. Gostaria de partilhar essa ideia convosco, trata-se da falsa perceção do poder, ou melhor, da falsa perceção da perda de poder por parte dos autarcas eleitos. À partida, um Presidente de Junta, ou um Presidente de Câmara e o seu Executivo, podem entender que ao disponibilizarem uma verba para que qualquer cidadão possa atribuir ao seu projeto, pode desvirtuar, ou menosprezar o papel dos Executivos na gestão dos dinheiros públicos, contudo este é um erro que não deve ser cometido. Porquê? Porque são precisamente os Executivos que definem os limites do Orçamento Participativo. Primeiro é o Executivo que define qual o montante destinado ao Orçamento Participativo; segundo é o Executivo que define o montante máximo que pode ser atribuído a cada projeto, ou seja, como pode ser dividido o dinheiro destinado ao Orçamento Participativo; terceiro, definem as balizas dos projetos a apresentar, nomeadamente os projetos que estejam fora das competências da autarquia, por exemplo, um hospital. As pessoas não podem pedir que se construa um hospital porque isso ultrapassa as competências da autarquia. E aqueles que sejam conflituantes também estão balizados, aqueles projetos que sejam conflituantes com o plano do governo que determinado Executivo apresentou nas eleições também não podem ser apresentados; quarto, por ultimo, mesmo depois de um projeto sair vencedor das eleições do Orçamento Participativo, a execução do projeto vencedor deve ser acompanhado pelo Executivo da autarquia. Caríssimos Deputados e Senhores Presidentes de Junta, trata-se de dar a oportunidade aos nossos concidadãos de poderem intervir de forma mais direta nos destinos do seu concelho, através de pequenos e médios projetos de intervenção local. Se alguns viseenses entenderem que o coreto de Abraveses deve ser coberto, que um determinado bairro de Coração de Jesus deve ter um parque infantil, que um determinado terreno público de Couto de Cima deve ter uma horta comunitária, que o Município deve ter um novo campo de basquetebol, eles podem apresentar as suas ideias diretamente e trabalhar em prol da aprovação dessas mesmas ideias, pois os projetos aprovados serão aqueles que terão mais votos nas eleições, nas votações específicas para o efeito. É certo que os autarcas eleitos já passam muito do seu tempo auscultando a população, nomeadamente os Presidentes de Junta e os Vereadores e por isso estão genericamente a par do pulsar dos seus concidadãos. Contudo, esta é mais uma ferramenta para uma governação assertiva por parte dos autarcas e portanto não deve ser temida. Estamos em fevereiro de dois mil e doze, ainda distantes da aprovação do próximo Orçamento da Câmara Municipal de Viseu, por isso, se hoje aprovarmos esta moção que em seguida apresentarei, haverá tempo suficiente para que se estude qual o melhor modelo de Orçamento Participativo a implementar em Viseu, com base no que outras autarquias espalhadas pelo País e pelo Mundo estão a fazer e no conhecimento que eles já podem partilhar. Refiro mais uma vez o facto do Orçamento Participativo estar a ser implementado em diversas autarquias de diferentes sensibilidades políticas e portanto está provado que este é uma assunto que ultrapassa as diferenças ideológicas que, por vezes, nos separam. Deste modo, passo a ler a Moção que entregarei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para ser colocada à votação. Moção – O Orçamento Participativo em Viseu. Considerando que: Um – os Membros da Assembleia Municipal de Viseu e as entidades políticas do concelho pugnam pela participação democrática e ativa de todos os cidadãos; dois – Os Membros da Assembleia Municipal de Viseu estão



atentos às diversas formas de participação cívica que enriquecem a nossa democracia; três – os Membros da Assembleia Municipal de Viseu consideram que a implementação do Orçamento Participativo pela Câmara Municipal de Viseu é um contributo significativo para o avanço da participação cívica em Viseu; quatro – A implementação do Orçamento Participativo em Viseu não menospreza, desvaloriza ou substitui a gestão do dinheiro público por parte do Executivo da Câmara Municipal de Viseu, apenas acrescenta uma ferramenta que pode contribuir para a sua otimização; cinco – Numa altura em que os cidadãos estão cada vez mais atentos e interessados, em saber qual a utilização do dinheiro público, envolvê-los no processo de decisão sobre onde aplicar algum desse dinheiro contribui para a credibilização da Política, da Democracia e da República. A Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, propõe que a Câmara Municipal de Viseu adote o Orçamento Participativo para Viseu assim que possível. Que a implementação do Orçamento Participativo para Viseu seja coordenada pelo Executivo Municipal e fiscalizado pela Assembleia Municipal. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Antes de mais, há uma questão que é de natureza formal que eu gostava de colocar, antes de pôr à votação, que é a Assembleia Municipal estar aqui a propor, numa matéria que é da competência da autarquia. A questão do Orçamento Participativo está prevista na lei, mas é uma prerrogativa que o Executivo Municipal pode ou não adotar. Mais uma vez estamos aqui no domínio de uma matéria que não é da competência direta da Assembleia, mas eu já agora, se o Senhor Vice-Presidente quiser esclarecer esta matéria antes do debate, que é para podermos ter os dados todos em cima da mesa para debatermos corretamente. -----

-DEZESSEIS - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA – DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Vereadores, Público em geral e Comunicação Social, sobre esta matéria não é a primeira vez, obviamente, que abordamos isto. A Câmara Municipal de Viseu há muitos anos que realmente inclui as comunidades, obviamente e as Juntas de Freguesia, os órgãos eleitos e legítimos, na elaboração dos seus Planos de Atividades, do seu PPI e das suas grandes Opções do Plano. Por mera coincidência, o Senhor Deputado Marco Rodrigues sabe bem, por exemplo que representantes do Governo Civil, só porque estavam sediados numa rua que nós entendíamos requalificar, a Avenida Alberto Sampaio, participaram ativamente, isto até antes do Senhor lá estar, não há aqui ligação nenhuma, não veja isso, participaram ativamente na definição do tipo de intervenção e mais, nos sentidos de trânsito, largura dos passeios e o próprio Governo Civil, porque estava ali realmente sediado, participou na evolução de todo este processo. É bom lembrar que, vou dar apenas isto como exemplo, que a requalificação daquela avenida era realmente pedida pelas pessoas que lá residem e pelas pessoas da área envolvente e o próprio tipo de intervenção foi definido com essas mesmas pessoas e com o Salão Nobre sempre cheio em várias reuniões. Eu recordo-me de termos apresentado primeiro um projeto, um anteprojecto daquilo que se pretendia fazer na intervenção, foram definidos na altura, os sentidos do trânsito por exemplo, que mais tarde foram alterados, exatamente pela participação ativa dos residentes, dos empresários e das pessoas da envolvente. Podia realmente dar-lhe “n” exemplos, mas eu penso é que de maneira nenhuma, pelo menos em Viseu, não vejo qualquer necessidade de adotarmos aquilo que foi feito em Lisboa, porque isso levar-nos-ia realmente muito longe. Por exemplo, a questão das indemnizações que a Câmara Municipal, essa Câmara Municipal teve que pagar relativamente ao Túnel do Marquês, como sabem e que resultou quanto a mim, de uma despropositada intervenção. As Juntas de Freguesia, enquanto representantes eleitos das comunidades, dialogam, eu diria quase em permanência com a Câmara e hoje mesmo trazemos aqui no período da atividade municipal um exemplo de participação na gestão dos dinheiros públicos, com a intervenção no Centro Histórico. Quando apresentamos aqui trinta e três ou trinta e quatro projetos em que intervieram ativamente instituições da Cidade, estamos a levar à



prática e isto já é de há muitos anos, o Orçamento Participativo, se é assim que lhe queiramos realmente chamar. Portanto, não vemos necessidade absolutamente nenhuma, não vimos de, eu penso até que seria, digamos estreitar a participação dos cidadãos e de alguma forma cairmos no risco de olvidarmos um pouco as representações das entidades públicas e fundamentalmente dos representantes legítimos que foram eleitos. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Eu entretanto já estive aqui a conferenciar com a Senhora Secretária sobre esta matéria e de facto obviamente que a Assembleia Municipal tem competência para aprovar o Orçamento, sobre proposta do Executivo Municipal. Já noutras ocasiões ocorreram situações em que houve recomendações da Assembleia Municipal ao Executivo. Os termos em que esta Moção poderá ser apresentada é de recomendação e não de proposta, isto é, esta é uma matéria que é da competência do Executivo Municipal. A Assembleia Municipal, quando muito, pode recomendar ao Executivo que o faça. Desde já sugiro que o promotor, o subscritor da Moção, em vez de pôr que propõe à Câmara Municipal, põe que recomenda que a Câmara Municipal e com esta correção ponho em debate esta matéria. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Faça o favor Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-DEZASSETE - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas, mais uma vez estamos aqui numa tentativa de separar a teoria da prática. Obviamente que esta questão do Orçamento Participativo, ter este nome ou ter outros nomes, para nós, digamos que isso é secundário. Para nós o que efetivamente é importante é a prática diária, é a atuação e os Órgãos Autárquicos têm como responsabilidade dar uma resposta eficaz às populações e aos cidadãos no âmbito geográfico da sua atuação. O Partido Social Democrata entende que esta proposta inclusivamente deveria ser retirada, porque pela explicação que foi dada por parte do Presidente da Câmara em exercício, porque na prática o Orçamento Participativo está a ser feito. Não tem é o nome de Orçamento Participativo, tem muitos outros nomes e em vez do nome, tem vários nomes. Desde logo, há reuniões descentralizadas com as Juntas de Freguesia, é uma reunião que é mensal, em que mensalmente está a ser debatido o Orçamento Participativo. Se calhar poderíamos aqui alterar o nome, em vez de ser reunião descentralizada das Juntas poderia ser reuniões mensais do Orçamento Participativo, por exemplo, se a questão está no nome. Em termos práticos com as outras instituições, também foi feita aqui a demonstração clara de que isso existe e também, se eventualmente dúvidas houvera sobre a identificação das pessoas, que é isso que se pretende com o que está a ser feito pela autarquia, basta pegar nos resultados eleitorais e destes últimos que foram os melhores de sempre, o que prova que efetivamente, de que há aqui uma grande identificação das pessoas com aquilo que está a ser feito e não é de certeza pelos lindos olhos de ninguém da Autarquia, mas é porque efetivamente as pessoas sentem que o Orçamento da Câmara, de alguma forma, é o seu Orçamento Participativo, acabam por fazer essa participação quando votam favoravelmente, ou seja, retificam essa forma de atuação. Temos que dar a devida importância aos autarcas das freguesias que, com as dimensões que temos do nosso concelho, conhecem perfeitamente como a palma das suas mãos todas as situações, todos os problemas, todas as outras instituições que estão no terreno e são eles que efetivamente estão mais bem posicionados para isto. Tentar, digamos, alterar alguma coisa disto, no fundo é desvirtuar ou retirar até, ou pôr em causa, eventualmente até, a capacidade das Juntas de Freguesia, no caso concreto dos Senhores Presidentes. Portanto entendemos também que, em termos teóricos, não temos nada contra, entendemos que deve haver Orçamento Participativo, mas não pela palavra em si, mas pela atuação. Se a atuação, como foi descrita, está a ser feita e está a ser feita há muito tempo. E relembro já agora aqui uma outra questão importante que é, que são os Contratos Programa. A Câmara de



Viseu é pioneira no País com a assinatura dos Contratos Programa com as Juntas de Freguesia, isto é que é o verdadeiro Orçamento Participativo na prática, não é na teoria, porque efetivamente não tem o nome, mas em termos da prática, os Contratos Programa é a face visível, uma face real, concreta e eficaz deste Orçamento Participativo. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Paulo tem a palavra. -----

-DEZOITO - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –

Mais uma vez os cumprimentos gerais a todos e para não perder muito tempo, o Senhor Deputado Manuel Teodósio começou a sua intervenção por dizer mais uma vez e depois expondo e eu vou também aproveitar e dizer mais uma vez. Mais uma vez nós estamos confrontados nesta Assembleia com uma situação que infelizmente é típica e que eu acho que infelizmente prejudica objetivamente o nosso concelho, que é um contributo, uma participação válida de um Partido que está na oposição, que é o Partido Socialista e à partida, de uma negação do que, para mim e eu julgo que em consciência para a maioria de todos nesta Assembleia, devia ser uma evidência. Devia ser a perceção de que este é um caminho que está a ser feito, que vai ser feito e a Câmara Municipal de Viseu, os Deputados do PSD aqui hoje nesta Assembleia Municipal podem negar o que daqui a quatro, cinco, seis anos, esperemos que não muito mais do que isso, venha a acontecer. Que não se trata rigorosamente de retirar poderes aos Presidentes de Junta, que não se trata rigorosamente de retirar poderes à Câmara Municipal, que não se trata rigorosamente de afrontar ninguém, pelo contrario, trata-se de incluir, trata-se de chamar mais pessoas à participação cívica, à participação democrática, porque não foi só, seguramente, na televisão em minha casa que deram as reportagens de experiências que foram feitas, como expôs e bem o Deputado Marco Rodrigues, na Câmara Municipal de Cascais, como na Câmara Municipal de Oeiras, como na Câmara Municipal de Lisboa, cidadãos a intervirem, a envolverem-se, a fazerem campanhas pelos projetos que tinham apresentado, a envolverem-se, a perceberem até melhor, a perceberem na prática quais é que são os problemas que os seus Presidentes de Junta de Freguesia, que os Autarcas, que os Presidentes de Câmara, que os Vereadores, se defrontam todos os dias. Exercemos estes cargos, a política é a arte do compromisso e obviamente que nós todos sabemos que isto é sempre muito difícil, é bom também que os cidadãos comecem a perceberem que é de facto difícil, não é só ir ali a passar no Rossio e dizer “o que aqui ficava bem era...”. O que aqui ficava bem, mas é preciso falarmos com as pessoas, é preciso vermos o cabimento que as coisas têm num Plano, é preciso tudo isto. E o que infelizmente tem faltado em Viseu e eu julgo que vamos ter oportunidade para continuar a falar sobre isto no ponto da Atividade Municipal, é de facto este espírito de missão por todos. O Partido Socialista não é uma oposição de bota abaixo, o Partido Socialista não é uma oposição de votar sistematicamente contra, o Partido Socialista absteve-se numa de que é provavelmente das matérias mais importantes votadas nesta Assembleia, que é o Orçamento da Câmara Municipal. O Partido Socialista há dezasseis anos apresentou, há dezasseis ou dezassete anos, apresentou nesta Assembleia uma proposta de ciclovia que foi até ridicularizada, infelizmente, desvalorizada pela maioria e depois passados uns anos o Senhor Presidente da Câmara Municipal vem dizer numa entrevista a um jornal que é provavelmente a obra de que mais se orgulha. O Partido Socialista apresentou já nesta Assembleia Municipal moções, propostas, nomeadamente estou-me a lembrar, porque foi o Marco Rodrigues agora que apresentou esta proposta, numa incubadora de empresas no Centro Histórico da Cidade, desvalorizada e agora muito amplamente divulgada pelo Executivo da Câmara Municipal num projeto RUCI, numa incubadora de empresas. É sinceramente triste que as nossas posições aqui, que as nossas propostas aqui sejam sistematicamente desvalorizadas desta maneira, nós somos viseenses como qualquer outro Membro desta Assembleia Municipal, eu quero o bem para a minha terra como qualquer um de vocês, seguramente. O Orçamento Participativo é uma evidência, meus Senhores, é uma coisa



que está aí, é uma coisa que está aí nas Câmaras do PSD, do PCP, do PS, é uma coisa que está na Europa, uma coisa que vem da América do Sul como sabem, é uma evidência, é uma coisa que vai acontecer. E é uma coisa que quanto mais depressa Viseu lá chegasse, dotando ainda que numa expressão reduzida no seu Orçamento. As Juntas de Freguesia, Senhor Vice-Presidente, com certeza as reuniões, então mas em Lisboa isso também não acontece? A Câmara Municipal de Lisboa também não reúne, também não discute com parceiros, com os seus autarcas, com as juntas de freguesia? Sim, faz isso e faz mais, acrescenta o Orçamento Participativo. A Câmara Municipal de Cascais também não fará o que faz a Câmara Municipal de Viseu? Garantidamente e seguramente que faz. Faz isso e faz mais, põe uma parcela do dinheiro, propõe à população que sugira projetos, que se envolvam, que se mobilizem para o bem da comunidade. É isto que o Partido Socialista está aqui a propor hoje e gostava sinceramente de contar com o apoio de todos nesta Assembleia. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Eu pedia só alguma, enfim, como este Ponto foi aceite extra agenda, como tínhamos ultrapassado o período antes da ordem do dia, pedia aos Senhores Deputados que ainda vão intervir que de facto não utilizássemos os tempos dos dez minutos, porque efetivamente senão não conseguimos ter esta Assembleia concluída num período razoável. Senhor Deputado Carlos Vieira e depois o Senhor Deputado Manuel Teodósio. Para concluir depois darei a palavra ao autor para fazer o remate final. -----

-DEZANOVE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Então para acelerar eu vou prescindir das saudações da praxe. O Bloco de Esquerda apresentou, creio que foi logo na primeira Sessão desta Assembleia para a qual eu fui eleito, em vinte e três de novembro de dois mil e nove, uma recomendação sobre Orçamentos Participativos. Exatamente no pressuposto de que hoje quase todas as forças políticas estão a chegar à conclusão que a elevada abstenção verificada nos atos eleitorais tem de ser contrariada precisamente pelo incentivo à participação dos cidadãos na vida pública e na gestão das suas localidades, não resumindo a democracia apenas ao ato de votar. É importante que os cidadãos participem, não só no diagnóstico das carências, como na discussão das prioridades dos investimentos, através do envolvimento e auscultação de representantes de comissões de moradores, o envolvimento de cidadãos, associações culturais, desportivas e outras com conhecimentos técnicos e específicos. Eu lembro-me que houve uma Comissão ou um movimento de cidadãos no Centro Histórico que pediu uma sessão pública para discutir do Centro Histórico que não foi aprovado porque não tinha o número de assinaturas suficientes, que acho que é o hábito e isto denota de facto este défice, digamos, democrático, porque só há verdadeira democracia quando a democracia participativa, representativa, que é aquela que nós estamos a exercer, for acompanhada par a passo com a mesma legitimidade da democracia participativa, isso é que é o patamar ótimo da democracia. E antes de lá chegarmos, naturalmente que temos um caminho que temos a obrigação de percorrer e nós temos a obrigação de contribuir e por isso nós iremos votar a favor. Não basta dizer, porque isto, como disse o João Paulo Rebelo, de facto as coisas fazem sempre um caminho e as coisas têm que evoluir, às vezes há retrocessos, é verdade, mas isto é como os direitos civilizacionais ou como os direitos, como os sexuais e reprodutivos e outros que a gente pode demorar, mas aos poucos acabamos por chegar lá e a sociedade acaba toda por os aceitar. Mas falar nas reuniões descentralizadas das Juntas de Freguesia, ou como eu quando fiz esta proposta lembro-me do Deputado Mota Faria falar que já havia participação do público, até porque pode falar no período reservado ao público nas Assembleias Municipais, ou podia recorrer aos abaixo-assinados, quer dizer, tudo isto é chutar para fora, não é resolver o problema. Estamos perfeitamente e já agora lembrava apenas que eu fiz isto sobre a forma de recomendação e efetivamente foi votado e foi chumbado com estes argumentos da bancada do PSD de que já havia participação que chegasse. Parece-me que não chega, por isso iremos votar a favor. Muito obrigado. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-VINTE - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Vamos lá a ver se a gente se entende de uma vez por todas. Não ponham também na nossa boca aquilo que não foi dito. Nós não temos nada contra os Orçamentos Participativos. O que foi dito aqui é assim, o Orçamento Participativo já está a ser feito e não é ir buscar exemplos de Sintra, de Cascais ou de Oeiras, eu estava à espera que aparecesse aqui de Mangualde, mas não foi dado o exemplo de Mangualde, pronto, deve ter havido esquecimento. Não sei se os meus amigos sabem qual a é a dimensão da Câmara de Sintra, da Câmara de Cascais, de Oeiras e de Lisboa. Estamos só a falar praticamente das quatro maiores Câmaras do País, onde obviamente será mais difícil aos autarcas eleitos contactar e saber a sensibilidade das pessoas que lá estão. Portanto, esse tipo de exemplos, não são exemplos, porque são Concelhos com uma dimensão e com uma realidade em nada parecida com a de Viseu. E depois parece que Viseu tem que estar a copiar dos outros. Eu acho que nós e é mau para um viseense que não tenha orgulho no trabalho autárquico que está a ser feito e que os outros é que terão que copiar aquilo que aqui está a ser feito. Também acho que se estamos aqui com patamares de grande qualidade em termos autárquicos é com a metodologia que está a ser feita. Portanto, nós não estamos contra os Orçamentos Participativos, nós dizemos é que em Viseu, com nomes diferentes, estão a ser feitos Orçamentos Participativos que estão a dar resultado, com as obras feitas, porque as obras que são feitas, não é porque alguém se lembrou de noite de fazer a obra e ao outro dia tenta executá-la. A participação, o Orçamento Participativo ou a auscultação, a localização das infraestruturas, eu recordo-me, mesmo a nível das Juntas de Freguesia, a localização das infraestruturas que são lá implementadas pela autarquia, a Junta de Freguesia também vai auscultar se o equipamento desportivo se calhar vai dar voz e vai ouvir a Associação Desportiva, Cultural ou Recreativa que lá existir. Portanto é assim, nós não estamos contra a participação das pessoas, nós estamos a dizer é que aqui em Viseu já se ouve e as pessoas já participam civicamente, através das organizações, através também da sua intervenção individual. Não venham é dizer que o PSD não quer evolução, porque estar aqui a dizer que daqui a cinco ou seis anos os Orçamentos Participativos há em todos os lados, isto é uma futurologia. Também lembro que aqui há uns anos o Senhor Deputado João Paulo dizia que o seu objetivo de vida era um dia poder passar férias em Marte. Se calhar está um pouco no mesmo hábito, portanto não ponham no PSD efetivamente aquilo que não está. A questão é assim, o que está a ser feito, está ou não está a ser bem feito, está ou não está a ir ao encontro do entendimento das pessoas, isto só prova que o Orçamento Participativo está a ser feito e que se calhar este sim, é que deveria servir de exemplo para as outras autarquias. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou então a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues para os três minutos. Pedia-lhe que fosse breve. -----

-VINTE E UM - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Mais uma vez renovo os cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. No fundo para esclarecer aquilo que às vezes se tenta aqui complicar e fundamentalmente por estas intervenções do Senhor Deputado Manuel Teodósio. Gostei de ouvir a intervenção do Senhor Vice-Presidente, porque efetivamente e aliás, eu já tinha dito isso na minha intervenção, de facto e eu disse que os Presidentes de Junta e o Executivo acompanham o pulsar da população. De facto, numa freguesia qualquer, se a população chega ao pé do Presidente da Junta de Freguesia e diz: Senhor Presidente, nós entretanto precisávamos de um banco neste jardim porque temos aqui um conjunto de pessoas que costumam frequentar este local. Isto é auscultar as pessoas e provavelmente vai diligenciar esforços para concretizar esse objetivo. Mas o Orçamento Participativo não tem nada a ver com isto, é algo mais que não está contemplado neste aspeto. Nós estamos a falar de um concelho que ronda os cem mil habitantes e efetivamente Lisboa, Cascais têm



mais, mas também Palmela também já tem também Orçamento Participativo, a Junta de Freguesia de Leça da Palmeira tem Orçamento Participativo, a Junta de Freguesia de Bobadela tem Orçamento Participativo. Portanto, não se trata aqui de uma questão de dimensão, trata-se de uma questão depois do valor que é alocado ao Orçamento Participativo. É certo que se a Câmara Municipal de Lisboa aloca cinco milhões de euros ao Orçamento Participativo, a Junta de Freguesia de Bobadela aloca cinco mil euros. Aquilo que eu estou, que estamos a propor nem é o Orçamento Participativo na Junta de Freguesia A, B ou C, estamos a propor o Orçamento Participativo, fazer esta recomendação e que possamos todos fazer esta recomendação à Câmara, para que de facto, vejam este modelo que está a ser feito em cidades desenvolvidas e tentarmos nós aqui também em Viseu adotar um modelo que entendemos e eu acho que é da sensibilidade de muitos dos Senhores Deputados, que será uma forma de envolvermos mais as pessoas nesta discussão. Na prática, imaginem que a Câmara Municipal decide no modelo de Orçamento Participativo que apresentar, a verba que atribuir define apoiar projetos até aquele valor, a diferença aqui é que as pessoas vão poder envolver-se no debate, em esclarecer os seus vizinhos, os seus concidadãos a apelarem ao voto no seu projeto, um voto efetivo, por internet, em urnas de voto, diferentes modelos. Portanto, conforme recomendação do Senhor Presidente vou entregar uma nova Moção já alterada e na substituição daquela que foi entregue e no fundo, apelando de facto a que, o Senhor Deputado Manuel Teodósio fez aqui um apelo contra, porque de facto disse que uma coisa era o Orçamento que não é, na dúvida entendo que deve abster-se, porque não conhece o que é o Orçamento Participativo e de facto, tendo em conta aquilo que foi apresentado, apelava a que os Senhores Presidentes e os Senhores Deputados apõem este projeto, que será da competência da Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Fez a alteração que em vez de propõe, recomenda. Foi isso que alterou. Muito bem. Vou pôr à votação. O Senhor Vice-Presidente deseja usar da palavra, faça o favor. -----

-VINTE DE DOIS - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Peço desculpa, mas vou ser realmente muito rápido, não fazer perder tempo. Efetivamente nós já há muitíssimos anos que fazemos realmente esta participação cívica. Eu queria aqui só sublinhar que acho que é uma forma infeliz de dispersão que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda falou aqui em défice democrático, não há. O Senhor, enquanto cidadão e enquanto, penso que, representante de uma associação, participou ativamente, por exemplo, na definição da requalificação da Feira de S. Mateus e sabe perfeitamente aquilo que o Senhor defendeu ali no Mirita Casimiro, completamente cheio, até às duas e tal da manhã. Mais tarde o Senhor foi o primeiro a discordar daquilo que defendeu. Já o disse cara a cara, em público como sabe, numa das reuniões do Salão Nobre, por outras tantas requalificações, quando o Senhor defendeu acerrimamente e com outras pessoas ligadas na altura ao Bloco de Esquerda e muito bem, que toda aquela área devia ser área pedonal. E quando nós fizemos a área pedonal, a ligação entre, já lhe disse isto cara a cara como sabe, entre a Avenida da Bélgica e a Emídio Navarro, quando a obra estava pronta o Senhor mandou lá pôr umas tarjas a dizer que aquilo era um condomínio dos Vereadores. O Senhor na altura participou e disse: não senhor, isto não deve ter aqui rua nenhuma, isto deve ser tudo pedonal. Na altura nem se falava em parque de estacionamento, peço desculpa e depois mais tarde quando a obra estava feita o Senhor mandou lá pôr umas tarjas a dizer que aquilo era um condomínio dos Vereadores. Processo mais debatido que este, Praça da República, Rua José Branquinho, a Avenida Alberto Sampaio, toda a intervenção na parte ribeirinha da Cidade, não conheço em cidade nenhuma e em Município nenhum. Aí nesse aspeto, as entradas na Cidade, tudo isso antes, muito antes de inscrevermos em PPI eu e os meus colegas reúnem atempadamente com as pessoas mais diretamente visadas e se define. Eu penso que isto não é, de maneira nenhuma, défice democrático, não aceito essa expressão. Muito obrigado. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos passar então à votação. *Foi rejeitada, com trinta e nove votos contra, nove a favor e quatro abstenções.* Terminámos o período antes da ordem do dia, vamos ao período, ao Ponto Um – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL.** Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente em exercício para intervir. -----

VINTE E TRÊS - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA – DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES -Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores. Cabe-me a espinhosa missão de ler um texto do Senhor Presidente, mas faço-o com todo o gosto e vou-me esforçar por ser o mais fiel possível. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º1 do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 68º introduzido pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro. Em 2008, o Município de Viseu elaborou e apresentou publicamente um “Programa de Ação” que tinha como objetivo primordial a revitalização do Centro Urbano, limitado pela “Circunvalação”, com especial ênfase no Centro Urbano mais antigo. Designou-se esta área a intervencionar no Centro Urbano de ARDU – Área de Regeneração e Desenvolvimento Urbano. O “Programa de Ação”, quando foi delineado, previa um conjunto de investimentos de espécie material e imaterial, mas associados, essencialmente, a intervenções no tecido social da referida ARDU. Os trinta e três Projetos que integram o referido “Programa de Ação”, denominado de “Parceria para a Regeneração Urbana de Viseu – Recentrar o Centro”, visavam a reabilitação de equipamentos e infraestruturas diretamente relacionados com o apoio social, com o metabolismo cultural, destacando-se, neste âmbito, o turismo cultural, com o melhoramento de infraestruturas no espaço público, a formação profissional, a melhoria da mobilidade urbana, mas também com a animação lúdico/cultural de toda a área a regenerar. Este “Programa de Ação” tem todo o cabimento a partir do momento em que parte substantiva das infraestruturas e equipamentos do espaço público está concluída ou em fase de conclusão. Os esforços de investimento indicados não partiram do zero, são, antes de mais, o resultado de um trabalho continuado e persistente. O Município e as várias entidades parceiras têm desenvolvido, há muito, diversas iniciativas que visam propiciar a sustentabilidade do Centro Urbano. São inquestionáveis os currícula da Diocese de Viseu, da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da Escola Superior de Tecnologia de Viseu, da Associação Comercial do Distrito de Viseu, do Orfeão de Viseu, da Companhia Paulo Ribeiro, do Lar Escola de Santo António; apenas para citar alguns exemplos. Também, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia inseridas nesta área têm procurado dotar o Centro Urbano das infraestruturas indispensáveis à sua sustentabilidade; Sendo ainda de destacar, os incentivos à reabilitação do património construído de natureza privada e as intervenções no âmbito da Viseu Polis, do PROCOM e do URBCOM. Saliente-se, igualmente, que na Região Centro, o Município de Viseu foi dos primeiros a apresentar-se ao recurso dos Fundos Comunitários/QREN, numa antecipação que se traduziu na celebração do respetivo Contrato de Financiamento, suporte dos significativos investimentos promovidos pela Câmara Municipal e pelos Parceiros convidados. Importa, ainda, realçar que o volume de investimentos deste “Programa de Ação” superou os 10 milhões de euros, com taxas de participação comunitária que variam entre os 70 e os 80%; O que representa um notável “input” na revitalização deste Centro Urbano. Por outro lado, o aproveitamento destes fundos comunitários, com uma execução, neste momento, superior a 90%, gerou, certamente, riqueza e trabalho para inúmeras empresas e Pessoas da região. Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Consideramos que é altura de fazermos o ponto da situação deste “Programa de Ação”, que evoluiu para processo, bem como dos respetivos Projetos que o constituem. A eficiência financeira atrás indicada deixa antever que no geral a maioria das intervenções propostas foi efetivamente executada, estando, também, a maioria delas já ao



serviço da Comunidade. Para uma melhor compreensão, passamos, assim, a ilustrar as intervenções efetuadas, não só pela Câmara Municipal, mas também pelas Entidades Parceiras, através da apresentação de alguns diapositivos. Depois iremos fazer a apresentação para que se possa realmente verificar aquilo que foi projeto, aquilo que é processo e que está agora em avaliação. É igualmente importante a inerente alusão à utilidade dos vários Projetos, radicada em avaliação feita pelos vários promotores, que a título de exemplo damos conta: isto refere-se já à avaliação que estamos a fazer e vou citar: "... o contributo da CMV e a forma célere da sua execução foram essenciais para os indicadores positivos da atividade do Lugar Presente na atualidade e perspetivam uma atividade crescente que certamente colocará a cidade de Viseu no mapa do ensino e possivelmente da profissionalização da dança no nosso País" (Companhia Paulo Ribeiro); outra situação é a "Reabilitação urbana do antigo matadouro municipal para instalação da sede do Orfeão de Viseu ... Hoje ergue-se ali um edifício moderno e funcional, ocupado diariamente por pessoas que ali desenvolvem atividade cultural permanente, seja no domínio da Música, seja no domínio das Artes" (Orfeão de Viseu). Do exposto, é lícito concluir que o "Programa de Ação", que tem um grau de consecução muito elevado, é uma mais-valia que se traduzirá numa maior atratividade do Centro Urbano, com destaque para o Centro Urbano mais antigo, majorada por um conjunto de outros projetos ainda em fase incipiente de desenvolvimento, como sejam a RUCI, a Reabilitação de outros edifícios na Zona Histórica, ou a Reabilitação do Bairro Municipal, mas que serão igualmente importantes para a consolidação da Regeneração Urbana em curso. Eu quero referir que no caso das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, nós estamos a falar na possibilidade de reabilitarmos parte de um quarteirão do Centro Histórico para instalarmos depois um conjunto de Empresas Start-Up, que desta forma poderão realmente ser ali acolhidas. Não é uma ideia que surgiu há um ano ou dois, já há bastante tempo que realmente nos surgiu essa ideia, mas dar conta aqui também da dificuldade que nós temos em fazer estas intervenções. Curiosamente, nós ouvimos amiúde dizer que o património imóvel no Centro Histórico e no Centro Urbano mais antigo está muito depreciado, mas quando a Câmara, ou as entidades parceiras, ou a Sociedade de Reabilitação Urbana Viseu Novo pretende intervir, o valor desses mesmos imóveis dispara logo e tudo isto se traduz depois numa lentidão maior de processos. Não vou aqui realmente individualizar, mas nesse quarteirão temos vários inquilinos que realmente nos põem difíceis entraves de superar, exatamente pelos preços e valores que requerem para a ocupação, não para a propriedade, mas para a ocupação que fazem desses mesmos imóveis. Esta reabilitação do Bairro Municipal também está decidida para podermos avançar com a reabilitação e regeneração de uma zona muito importante da Cidade. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artº 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do nº 1 do art.º 53º: participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. Eu pedia agora a vossa paciência e vamos ser o mais telegráficos possível, no sentido de podermos passar e pedia que a intensidade luminosa da sala baixasse e vamos passar, se calhar na Mesa não ficarão aí muito bem, apanharão aí, ou se deslocam um bocadinho, pelo menos o Senhor Enfermeiro Dias apanhará aí um bocado de luz muito forte e vamos dar conta exatamente daquilo que foi projeto, processo e que neste momento em muitos casos, está a ser alvo de avaliação. Aqui temos, por exemplo, um conjunto de entidades parceiras, algumas entidades têm mais do que um projeto e que vão desde a Viseu Novo – Sociedade de Reabilitação Urbana, até por exemplo à Habisolvis, ou passando pela Aresp, ou pelo Departamento dos Bens Culturais da Igreja, etc. Portanto, conjunto de entidades que abraçaram realmente este projeto. O Centro Urbano é conhecido e nós não ficamos



apenas e só no casco mais antigo, no casco urbano, há uma tendência muitas vezes para reduzir ao chamado Centro Histórico, mas há um conjunto de infraestruturas e há um tecido social que merece realmente atenção e aqui está a zona de intervenção, é esta, será mais ou menos limitada pela Circunvalação e inclui a requalificação de alguns bairros, alguns deles não muito visitados. Se eventualmente, se perceberem bem daquela elevação ali no ponto doze, nós estamos a falar no chamado Bairro dos CTT e que estava um pouco isolado, que tinha realmente dificuldades grandes no acesso e nós resolvemos realmente incluir. Os objetivos são realmente reconhecidos. Nós fizemos, como sabem, através da Parque Expo, um estudo na parte do Centro Urbano mais antiga e a partir daí definimos efetivamente a estratégia a adotar. Há ali um conjunto de objetivos que nós perseguíamos e onde se destaca a componente do tecido social, como realmente é enfática para o desenvolvimento depois da nossa estratégia. Na área do metabolismo cultural nós entendemos que todo o Centro Histórico, com prédios degradados ou não, ela constitui um museu vivo e fará parte da tal Rede Municipal de Museus e havia realmente que pegar neste património que é realmente um emblema da Cidade, para o bem e para o mal e tentar realmente pegar-lhe da melhor maneira possível. Assim por exemplo, provavelmente já não nos recordamos deste edifício tal como ele era, ao lado do Teatro Viriato e que nós incluímos e para, não para recuperar o edifício pura e simplesmente, mas para meter lá dentro realmente a atividade cultural e realmente hoje o espaço, o lugar presente é realmente algo vivo e que trouxe gente nova para o Centro Histórico. A Casa do Miradouro que também irá albergar, não só a sede da Viseu Novo, mas também toda a coleção de arqueologia Doutor José Coelho e que já está nesta fase e pensamos agora, com os conteúdos que estão a ser tratados, será depois aberta ao público dentro do tempo próprio. A Casa Museu Almeida Moreira, que estava realmente num estado muito precário e que está, do ponto de vista físico, já concluída, estando a minha colega da Cultura a tratar dos conteúdos. Vai ter também uma nova sala de exposições permanente, abrindo mais a própria Casa à Cidade, porque estava realmente, nós tínhamos uma sala de exposições num piso superior e as pessoas não procuravam com facilidade, não era cómodo e pensamos que a abertura direta para o exterior poderá trazer mais pessoas para esta zona. Trabalhos tão simples como esta Capela de Santo António, que foi preciso restaurar e que está também aberta ao público. A Sinagoga que acabou de ser, isto entretanto já está desatualizado, com um projeto muito interessante, que terá também lá dentro uma cafetaria e que faz parte da Rede de Museus e que nós acabámos de adjudicar há cerca de oito dias e portanto já está um pouco desatualizada aquela nota que ali temos, penso que foi adjudicada por cerca de seiscentos mil euros mais o IVA. Depois aqui uma entidade parceira que é o Museu de Arte Sacra, que realmente agora vale a pena ser visitado, ainda mais porque estava a carecer de remodelação e que está efetivamente feita também. A Sede do Orfeão de Viseu, toda a gente se recorda desta zona que era uma zona realmente muito feia, vamos agora tratar da requalificação da envolvente e isto insere-se também no metabolismo cultural e penso que com grande vantagem, eu estou convencido que de outra maneira teríamos muita dificuldade em implementar esta requalificação. O Mirita Casimiro, que também estamos agora a tentar resolver o problema da sua animação, mas estava realmente com condições também bastante más, está no centro da Cidade, é uma boa Sala e que tem também as suas obras prontas. O Museu do Seminário Maior foi também realmente valorizado e hoje também é um espaço que está no centro da Cidade e que é realmente procurado. Na Igreja da Misericórdia havia, como sabem, uma ala que já estava com um Núcleo Museológico, havia realmente que recuperar a outra que estava em condições que a fotografia do canto superior esquerdo mostra e que está hoje realmente, também à disposição das pessoas neste Centro Histórico mais antigo. Nos serviços de apoio também há população dentro dessa candidatura, este espaço Integrações na Rua Nossa Senhora da Piedade e onde a Associação dos Aposentados tem o seu ponto de encontro, tem a possibilidade de recorrer a meios informáticos e que está também realmente ativo e que permitiu recuperar um edifício que estava muito degradado. Este,



na área da Formação Profissional, já com dados também muito interessantes, porque realmente têm efeito reciclagem de profissionais e têm também ajudado a formar na área da Restauração e da Hotelaria. Como sabem, no Centro Urbano mais antigo tem uma importância em termos de tecido empresarial inegável. Na altura, até esta candidatura permitiu também que paralelamente se lançasse o chamado Projeto Nerca com a Associação Comercial e em que a Câmara tem que dar um parecer vinculativo e que é, digamos, uma Via Verde para os empresários, sobretudo do setor da Restauração e da Hotelaria e onde podem mais rapidamente ter acesso a financiamentos, para reformularem, modernizarem os seus espaços comerciais, sobretudo no domínio da Restauração e há uma série projetos nesse caso. Ali está aquilo que eram realmente ruínas, um conjunto de ruínas, temos agora ali uma área para a formação, uma escola. A própria Associação Comercial, que fez a recuperação do imóvel e que é hoje um espaço que está dentro da Cidade e que está ao serviço de todos os cidadãos, mormente dos empresários ligados ao setor do Comércio e Serviços, mas também tem um espaço que as associações e os movimentos cívicos utilizam com frequência. Depois algo que se falou muito tempo, que é realmente a localização da divulgação turística no coração do Centro Histórico e o Welcome Center foi também a Região de Turismo foi desafiada a participar neste projeto e penso que realmente se tem ali um espaço na Casa do Adro, um espaço realmente muito bem montado, muito atrativo e onde realmente os turistas procuram invariavelmente o casco antigo, o complexo arquitetónico da Sé, procuram e têm ali as orientações no domínio do Turismo. A própria Paróquia de Coração de Jesus, que tem sobretudo um trabalho muito importante no acompanhamento de minorias, de pessoas do Leste, de pessoas que têm realmente alguma dificuldade de integração e onde foi possível também fazer um conjunto de investimentos ao nível das instalações, para que realmente possam prestar melhor o seu apoio. Também outro dos objetivos, com uma limitação realmente muito forte, é que quando negociámos em Bruxelas o QREN, nós e alguns Países do Sul da Europa e aqueles que entraram mais recentemente, não tivemos na altura força suficiente para impor os Fundos Comunitários para a reabilitação de prédios, no sentido de nós podermos incluir os casais jovens tão desejados. Neste caso, na Rua Nossa Senhora da Piedade, a casa estava, como se mostra ali no canto superior esquerdo e depois, para além de termos na loja incluído o Espaço Inter-Gerações, conseguimos fazer a recuperação, a reabilitação, é quase uma construção de novo, para casais jovens. As habitações T2 e um T1 que foram vendidas, mas neste caso curiosamente, nós tivemos apoio dos Fundos Comunitários para as obras na loja, mas para habitação o apoio comunitário foi zero e isto é realmente um pouco contraditando aquilo que é um dos objetivos que é trazer gente nova para o centro, mas com preços, digamos, mais convidativos. Aqui está o aspeto das casas interiores, realmente penso que são perfeitamente modernos, muito cómodos. Aqui na Rua Escura, o que existia era aquele buraco e foi possível depois recuperar e reparar, com uma atenção muito importante a aspetos estéticos da própria arquitetura e estas casas estão todas ocupadas. Na pequena loja funciona a Unidade de Apoio ao Comércio, numa parceria Câmara Municipal de Viseu e Associação Comercial. Aqui está o aspeto do interior das casas já realmente muito bem acabadas e na Rua da Prebenda, também onde foi possível fazer uma reabilitação muito interessante. Como sabem, foi encontrado depois um achado arqueológico interessante, os tais losangos, chamei-lhe mesmo na altura a Casa dos Losangos e isto obrigou, lá está, mais uma dificuldade, a reformular todo o projeto e é um dispendio acrescido, porque se eventualmente um privado estivesse a fazer esta reabilitação, se calhar pensaria duas vezes. No próprio chão temos ali o vidro porque foi possível musealizar aquilo que se encontrou, mas isto obrigou, por exemplo, a mudar todo o projeto de estabilidade porque a caixa de escada ficava exatamente em cima do achado arqueológico. Isto perdeu-se tempo, teve que se suspender a obra e tivemos que gastar bastante mais dinheiro. As habitações são, como veem também muito agradáveis. Na Rua Escura, aquela casinha de gaveto, que era propriedade do Internato de Santa Teresinha



que não tinha capacidade também para a recuperar e que está na fase final, já está praticamente pronta e aqui também sublinhar que esta casa foi posta no circuito comercial e realmente não houve ninguém que lhe pegasse. Então nós entendemos que a Viseu Novo poderia fazer algumas intervenções, que seriam intervenções modelo, no sentido de motivar e incentivar os privados a fazerem as suas próprias recuperações. No espaço público, é bom lembrar também a eliminação das barreiras arquitetónicas, também foi incluída nesta candidatura e temos aí uma série de corrimãos, temos também orientações sobre os percursos alternativos quando não é possível vencer essa própria barreira, intervenções também no Centro Urbano, aqui na Praça da República também, na Avenida Alberto Sampaio também, no Parque Aquilino Ribeiro, com todos os problemas que sabem que realmente tivemos que resolver, na Rua dos Bombeiros Voluntários, já agora, a Rua dos Bombeiros Voluntários é aquela que está adjacente à Central de Camionagem e não a outra, é que às vezes há essa confusão, na outra está o Quartel, essa é a Rua José Branquinho. Aqui está, na Rua José Branquinho, onde se fez também uma boa requalificação. Dentro do bairro nós também privilegiámos os chamados bairros críticos, era assim a designação, que não me parece muito feliz e daí aparecer o Bairro dos CTT um pouco mais fora, na zona da Agueira, zona da Perimetral, mas o Bairro Primeiro de maio que, como sabem, tem já vastas dezenas de anos e onde a entidade que sempre recebeu as rendas nunca investiu um cêntimo. E não só ao nível das casas na parte exterior a Câmara interveio no sentido de apoiar a sua requalificação, mas também no interior. Aqui para vos dizer que pela participação das pessoas, numa primeira reunião, o material que escolheram para o chão, para as ruas do próprio bairro, foi de um amarelo torrado. Depois quando aplicámos o amarelo, eu também confesso que realmente até me fazia doer a vista e as próprias pessoas regressaram à Câmara e todas elas, por esmagadora maioria, optaram pela cor preta e portanto a participação foi sempre ativa, a colocação de um banco, de um chafariz, etc., tudo isso, realmente participaram connosco. No Centro Histórico faltava-nos estas duas ruas, a Rua do Carvalho e a Rua das Quintãs e o Largo, que também foram requalificadas. Este penso que foi também um investimento muito importante no que diz respeito à qualidade ambiental. Nós candidatámo-nos, tínhamos os contentores na Avenida Alberto Sampaio, os contentores abertos é sempre realmente muito complicado porque que as pessoas não os fechem e às vezes até os nossos funcionários se esquecem de os fechar e não há o problema de andarem as pessoas, os catadores a retirar materiais que às vezes, não lhes interessam e os contentores enterrados, no caso do Centro Histórico mais antigo, os contentores que foram aprovados pelo próprio IGESPAR acho que contribuem muito para a sépia da própria Cidade. A sinalética que era realmente uma das coisas e que vinha exatamente naquele plano que a Parque Expo realmente estudou e que é uma realidade, embora uma ou outra seja vandalizada e nós, sempre que possível e que temos conhecimento, mandamos substituir. Também associado a este projeto havia a parte da visibilidade que queríamos dar através da chamada animação da parceria, com espetáculos, com atividades, com trabalhos bibliográficos, que pretendemos divulgar e de alguma forma trazer para o Centro Urbano mais e mais pessoas, gerando o tal “goodwill” que perseguimos. Neste momento eu queria dizer o que é que estamos a fazer: estamos a fazer a avaliação, reunimos regularmente com as entidades parceiras, como viram são bastantes, já temos realmente algum feedback dos resultados, mas queria realmente dizer que esta intervenção, que não é feita com nenhuma varinha mágica, não é feita de um dia para o outro, tem levado a que nos últimos cinco, quatro, cinco, seis anos, nós tivéssemos ajudado a reabilitar e reabilitámos cento e um imóveis. Há poucos dias era este o valor e isto é notável, quando nós tínhamos na altura duzentos e cinquenta imóveis degradados, com graus diferentes de degradação e portanto ainda há muito realmente para fazer. Nós tínhamos também muita esperança no Plano Estratégico Nacional para a Reabilitação do Parque Habitacional e esperamos que, provavelmente com as alterações que aí vem, a lei do arrendamento e a reabilitação do Centro, colocando outra vez no centro da intervenção



nas cidades, que poderá realmente haver um input mais significativo. Aqui temos alguns exemplos da avaliação feita pelas entidades parceiras que me dispense de estar a ler, mas que mostra realmente que houve, como dizem os brasileiros, o engajamento destas entidades numa participação muito ativa e quero-vos dizer que, sei que noutras cidades as coisas não têm corrido tão bem, da parte dos nossos parceiros o cumprimento tem sido a cem por cento. As entidades parceiras envolveram-se de tal maneira nestes processos e hoje têm praticamente todas elas noventa e cinco por cento de execução financeira, o que significa que cumpriram integralmente, ou quase integralmente aquilo que se propunham realmente fazer. Por fim, exemplos de incentivos financeiros em vários programas municipais que temos dado e onde se mostra o aspeto dos imóveis antes e depois. Aqui estão mais alguns exemplos, poderíamos dar outros mais e onde com os incentivos que nós damos em programas que temos Pro-Habit de recuperação de fachadas e onde se verifica realmente uma melhoria significativa no Centro Urbano mais antigo. Era isto que realmente tinha para vos apresentar. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado pela apresentação. Pergunto se alguém quer usar da palavra, neste ponto em que estamos da informação. Deixem-me só anotar, eu vou pedir ao Senhor Primeiro Secretário que assuma a condução dos trabalhos, conforme tinha dito tenho que estar na reunião dos Secretário de Estado às três horas e não quero ir com excesso de velocidade. Deixaria o Senhor Primeiro Secretário a dirigir os trabalhos. Daria desde já a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira, depois os Senhores Deputados João Paulo, Rui e Diamantino. -----

-VINTE E QUATRO - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa em exercício e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e funcionários também em exercício. Congratulo-me com a intenção de recentrar o Centro da nossa Cidade, após vinte anos de centrifugar o Centro com uma política de crescimento insustentável do Concelho, que leva a que as freguesias que abrangem o Centro Histórico, S. José e Santa Maria, tenham perdido população e enquanto que freguesias como Coração de Jesus por exemplo, ou Rio de Loba, mas no caso da freguesia de Coração de Jesus se concentra a maior parte da população do Concelho, ou uma grande parte. Nesta freguesia a densidade populacional é de três mil seiscientos e um vírgula setenta e cinco habitantes por quilómetro quadrado, quando nas restantes freguesias a densidade varia entre trinta vírgula noventa e quatro e mil novecentos e cinco habitantes por quilómetro quadrado. É, de facto, o resultado de uma política de centrifugação do Centro, à custa das freguesias do Centro Histórico, como já disse, mas também das freguesias mais afastadas do nosso Concelho, que também viram diminuir população. Por outro lado, há evidentemente uma série de intervenções no Centro Histórico que são positivas, seria fastidioso estar a enumerar, mas a recuperação e a reabilitação de edifícios, como aquele onde se instalou a Companhia Paulo Ribeiro, o Lugar Presente, a Sede da Associação de Reformados, que está ali na Rua Nossa Senhora da Piedade e que tem um papel importante para este nível etário, onde as pessoas se encontram, jogam às cartas, conversam, etc., é de facto um local de encontro dos mais idosos e é importante como alguns Centros Museológicos, o da Misericórdia, a Casa Museu Almeida Moreira, etc. Mas há ainda muito caminho a percorrer porque ele começou muito tarde. De facto, os números da Câmara, aqui há meia dúzia de anos, apontavam para duzentas casas, das cerca de seiscentas do Centro Histórico degradadas ou em risco de ruína. O próprio Plano da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), o estudo de enquadramento estratégico feito pela SRU, ou encomendado pela SRU à Parque Expo, falava em quase sessenta por cento do edificado no Centro Histórico degradado ou em ruínas e a verdade é que começou-se muito tarde este trabalho de reabilitação e já estamos muito atrasados. Já aqui fiz referência a este estudo de enquadramento porque convinha reter que estavam planeadas intervenções que entretanto também acabaram por não se fazer. Por exemplo, a



ligação e já que o Senhor Vice-Presidente falou na questão da Praça da Ribeira, eu de facto, já agora só para esclarecer, eu dei o apoio à construção de uma praça, aquilo que ali apareceu, sinceramente não é uma praça, aquilo é uma eira ou um redil porque está cercada ainda por cima com uma rede, felizmente que agora tem uma utilidade que não estava prevista inicialmente, que é servir de parque de estacionamento, será talvez até, como eu já aqui disse, o único parque de estacionamento periférico, ou perto disso que há na Cidade, mas falta ainda e este estudo da Parque Expo sugeria-o e previa-o, ligar o transporte público, que agora é um funicular, mas infelizmente porque podia ser outro muito mais prático, a tal passadeira que estava prevista inicialmente, passadeira rolante, ao estacionamento de autocarros de turismo e isto já devia estar a ser feito, porque é fundamental para atrair turistas à cidade. Os autocarros de turismo não têm onde parar neste momento, o que dificulta de facto as visitas. Podia-se aproveitar isso e podia-se aproveitar, ainda recentemente saiu uma notícia, há poucos dias, do número de visitantes exponenciais, não tenho aqui o número agora, do Parque de Campismo de Vouzela e a Cidade resolveu alienar o único Parque de Campismo que tinha, que era o do Fontelo, para os escuteiros brincarem, ainda se fosse ao menos para gerirem e para o porem à disposição do público, privando a Cidade, que é uma Cidade no cruzamento de várias vias de comunicação do turismo de passagem, que assim vai para um Parque como o de Vouzela, que até é classificado. O aumento do número de mini autocarros elétricos e da sua frequência também estava previsto nesse Plano e isso não se verifica e isso também é importante para que haja, porque o mini autocarro elétrico tinha esta função também de circular pelo centro da Cidade pela sua dimensão reduzida e pelo contrário, reduziu-se o número de mini autocarros. Neste momento só está a circular um que vai ao Hospital, por deficiência de conceção e de falta de visão e o Bloco de Esquerda já fez o seu papel, já apresentei aqui uma proposta para potenciar este sistema não poluente de transporte. Aliás, ainda recentemente saiu no Diário de Viseu, há dois anos, um estudo dos alunos da Escola Secundária Emídio Navarro que dava como conclusão que a maioria, quase sessenta por cento da população do Concelho, reivindicava mais transportes públicos, mais carreiras de transportes públicos. Portanto, isso também é importante para revitalizar o Centro, já que há uma faixa muito grande da população que está a viver de facto nas freguesias mais afastadas do Centro. Por outro lado, há casos bastante graves, como é por exemplo a chamada Rua das Bocas, Rua João Mendes, que tem edifícios, até alguns que deviam estar classificados, como o célebre edifício das bocas, penso eu e que é um edifício bastante interessante e único, tem aquelas gárgulas que não cumprem a sua função, a função que normalmente é destinada às gárgulas, mas têm uma função decorativa que o tornam de facto num edifício único e que está ali degradado e aquela rua é uma rua onde constantemente os moradores se queixam do ruído. Aquilo está transformado de facto numa rua de bares de alterne, de boites e com edifícios muito degradados, porque naturalmente que este tipo de comércio de diversão noturna preenche espaços que estão, enfim, pouco habitados e isso também é grave, aliás, aquela rua devia fazer parte do Centro Histórico, porque como já foi sugerido pelos arqueólogos, ou por alguns arqueólogos da nossa Cidade. E a prova do estado a chegou o Centro da Cidade foi dito e permitam-me que cite aqui o Presidente da Associação de Comerciantes de Viseu, quando na Sessão Comemorativa do centésimo oitavo aniversário da Associação dos Comerciantes do Distrito de Viseu, disse: “não nos responsabilizem a nós pela degradação das ruas das nossas cidades, pelo aumento da insegurança nas ruas desertas, pelo aumento da criminalidade nas ruas mal frequentadas, pelo crescimento dos espaços devolutos, nós alertámos. Agora nós preconizamos e reivindicamos uma cidade, que a pretexto do crescimento a qualquer custo, tenha hoje uma densidade populacional das maiores do resto do País e de toda a Europa e é, sem dúvida, um crescimento desproporcionado, que não deverá orgulhar ninguém.” Penso que não haverá melhor descrição do Centro da nossa Cidade. Muito obrigado. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado João Paulo.....

-VINTE E CINCO - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO

(PS) – Mais uma vez, Senhores Presidentes em exercício, Senhores Secretários, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, eu tenho que fazer uma nota prévia que é no fundo um pedido e não é um pedido inédito, porque o Partido Socialista já uma vez o referiu nesta Assembleia, não é em tom acusatório, mas é de facto pedir que no futuro esta apresentação que foi feita como integrante no Ponto da Atividade Municipal também poderia ter sido enviada a todos os Deputados da Assembleia Municipal. Já uma vez houve aqui uma apresentação feita também em power point, em que na altura dissemos isso, eu calculo que tenha recebido o que todos os Deputados receberam, que foi apenas o texto, enfim, é apenas um reparo que acho que deveria ser retificado em futuras apresentações, para termos acesso obviamente a toda a informação e completa. Depois desta nota, o que é que o Partido Socialista pode dizer. Depois de ter visto uma apresentação cheia de imagens e costuma dizer-se que uma imagem vale mil palavras, nós se estivéssemos aqui a contrapor de alguma maneira, vejam lá os milhares de palavras que eu teria que debitar aqui para, enfim, comentar as dezenas de boas imagens que eu acho que a mim me orgulham, estou convencido que orgulham todos os Deputados do Partido Socialista e estou convencido que orgulham todos os Deputados desta Assembleia Municipal e que orgulham os viseenses. O Partido Socialista, até em coerência com o que já hoje aqui disse nesta Assembleia e numa oposição responsável, participativa, temos que reconhecer que evidentemente há um conjunto de investimentos que foram realizados no nosso Concelho e sobretudo no Centro Histórico que são meritórios e que têm obviamente que merecer a nossa concordância e isso queremos deixar bem claro. Agora o que também é verdade e também não é inovador nesta Assembleia, não só em intervenções que já cá fiz, como diversas intervenções que Deputados do Partido Socialista fizeram ao longo dos anos, é que há aqui alguns pontos e há um ponto essencial e eu vou pegar numa frase que foi lida pelo Doutor Américo Nunes na apresentação do Ponto, que e estou a citar: “O Município e as várias entidades parceiras têm desenvolvido há muito diversas iniciativas que visam propiciar a sustentabilidade do Centro Urbano”. Foi dito e eu sou testemunha também de que isto efetivamente é verdade, há tentativa de emparceirar com vista à procura de soluções para um conjunto de problemas. Falámos aqui a determinada altura em avaliações, eu também quero deixar aqui a pergunta: Qual é o resultado destas diversas iniciativas que visam propiciar a sustentabilidade do Centro Urbano? Objetivamente e acho que isto também será indiscutível, é reconhecer que o resultado não é bom. Eu não vou assacar apenas responsabilidades ao Executivo e à Câmara Municipal, porque pensaram um bocadinho no nosso Centro Histórico, pensá-lo mais uma vez com toda a responsabilidade é obviamente envolver muita gente na distribuição de responsabilidades. Mas o resultado não é bom, porque acho que é também indiscutível entre nós que o Centro, o nosso Centro Histórico vive em crise, mas não é só o nosso Centro Histórico e daí esta não ser objetivamente uma critica dirigida exclusivamente ao Executivo Municipal e à maioria do PSD que nos tem governado, porque os problemas do Centro Histórico estão aí e infelizmente um pouco por todo o lado, porque nós sabemos que esta é a realidade, mas é uma realidade que decorre de opções, de decisões políticas que foram tomadas ao longo dos anos e nós sabemos, por exemplo, que em Viseu a determinada altura, o abrir da Cidade às novas formas de agregação de comércio em massa e para massas, como são os Centros Comerciais, tem as suas vantagens e tem as suas desvantagens, como tudo na vida. Eventualmente em Viseu esse processo foi repentino, do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, foi talvez demasiado veloz e que não permitiu que o comércio tradicional tenha conseguido acompanhar a transformação tão rápida, nesse tempos. Agora obviamente que os comerciantes da cidade de Viseu também têm responsabilidades e todos nós sabemos que sim, não se souberam modernizar, não souberam fazer um



conjunto de investimentos, também eles próprios potenciadores do seu negócio. Tiveram eventualmente uma lógica muito umbiguista, no sentido de uma vista curta e dum lucro fácil e imediato, não perspetivando o seu negócio ao longo de um prazo médio ou longo e também têm necessariamente responsabilidades. Todos temos responsabilidades e todos não são os viseenses, são todos os que hoje sofrem destes problemas dos Centros Históricos. A determinada altura o que é que aconteceu em Viseu? Eu sou relativamente novo mas lembro-me bem de não existir muita coisa no Bairro de Marzovelos por exemplo, aliás, eu lembro-me bem de se começar a construção dos primeiros prédios da Quinta do Galo, que terá sido assim de repente, a memória que eu tenho do primeiro bairro, digamos, periférico a aparecer no nosso Concelho, na nossa Cidade. E sabemos, obviamente toda a gente tem consciência do inúmero investimento que houve em nova habitação numa zona periférica ao Centro de Cidade, em detrimento de quê? Precisamente da reabilitação, mais uma vez como já numa intervenção anterior referi, da infelicidade que tenho em ver algumas coisas acontecer. Eu, mais uma vez aqui, também me sinto um bocadinho infeliz e lamento que há vinte anos atrás, há vinte e cinco anos atrás, não tenhamos tido nós em Viseu, infelizmente noutras muitas cidades também, a visão de perceber e não era muito difícil que é o que eu mais lamento, era às vezes viajar um bocadinho e ver o que se fazia lá fora, todos nós hoje, o Senhor Presidente da Câmara, julgo que o Senhor Vice-Presidente também, várias vezes trazem a esta Assembleia exemplos de Países, de outros Países, de outras cidades e de outras localidades, onde as coisas foram feitas de forma diferente e de facto os resultados são melhores. Resulta de um processo longo que não vou aqui abordar, do meu ponto de vista tem que ver também com uma rápida transição. É um sistema democrático, mas como o Deputado Carlos Vieira já aqui referiu, a determinada altura os “patos bravos”, como são vulgarmente designados, de facto aconteceu. E investir na reabilitação dos edifícios do Centro Histórico era muito mais caro do que construir de raiz ao lado e portanto o lucro era muito mais fácil, a Câmara Municipal convenhamos que também retirava daí um muito maior dividendo, no que diz respeito às contribuições autárquicas, municipais e no fundo foi um sistema que criámos que tinha conveniência para todos, mas que hoje tem inconveniência infelizmente para alguns e no fundo para todos nós também, porque obviamente que não gostamos, pese embora todas estas imagens que hoje aqui vimos e que mais uma vez, sublinho, nos orgulham. O facto é que se qualquer um de nós for passear para a Rua Direita, para a Rua do Comércio, para a Rua da Prebenda, para outras, para a Rua Escura, onde de facto identificamos aqui e ali boas intervenções, intervenções meritórias, também obviamente com a responsabilidade da Câmara Municipal, mas genericamente convenhamos, o nosso sentimento é um sentimento de alguma desolação. Eu tenho feito esse percurso várias vezes e cada vez que desço a Rua Direita e a volto a subir dá-me a impressão que às vezes se a descer e a subir vou encontrar mais um papel a dizer “Vende-se”, ou a dizer “Trespassa-se”, num agoniar que todos nós acho que temos que reconhecer. Portanto, a culpa é naturalmente, a responsabilidade é naturalmente, tem que ser necessariamente partilhada, mas a Câmara Municipal e o Executivo Municipal têm aqui um papel preponderante, do nosso ponto de vista. Como é que isto se podia ter evitado, como é que isto se pode concluir, acho que tem que ver com algumas intervenções que nós já aqui fizemos e que tem que ver com a visão que nós temos da Cidade. E vou terminar num minuto, já aqui foram referidas a necessidade de uma visão para depois termos uma estratégia, para depois obedecermos a essa estratégia, a um conjunto de objetivos claros e a nossa Cidade, infelizmente o nosso Concelho, do nosso ponto de vista, não tem tido essa visão e nós temos dado o nosso possível contributo. Achamos que esta é uma cidade que goza de uma imagem da Viseu – Cidade Jardim que deveria ser uma cidade verde, uma cidade ecológica, que devia aproveitar todo o manancial que existe no nosso Distrito e na nossa Região que é, por exemplo, a floresta enquanto ativo produtivo, que é o que nós precisamos, como toda a gente hoje sabe, não vou estar a dizer nada de novo, precisamos de crescer, precisamos de ter uma sustentabilidade económica e isso significa



investimento na criação de emprego, para depois esse mesmo emprego gerar obviamente crescimento no comércio e no fundo em todo o nosso Concelho. Porque, para concluir e o Senhor Vice-Presidente, Doutor Américo Nunes, sabe isto melhor do que eu, todas estas obras também foram possíveis com fundos comunitários que, como também já várias vezes dissemos nesta Assembleia e nomeadamente não só o PS, estou aqui a olhar para o CDS, recorde-me de algumas intervenções também do CDS a este respeito, os fundos comunitários, como nós sabemos, são finitos, vão acabar e a pergunta que me assusta é e depois? E depois como é que vai ser se efetivamente nós não tivermos a urbe e o Concelho preparado para viver sem estes fundos comunitários? Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Santos.-----

-VINTE E SEIS - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente em exercício, a Assembleia

Municipal hoje está aqui toda a gente em exercício, também nós se calhar, Senhora Secretária, Senhor Presidente em exercício Exmo. Doutor Américo Nunes, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, todos os presentes na sala. Exmo. Senhor Presidente, vou tratá-lo assim, vou olvidar o em exercício da função, traz V. Ex^a esta Assembleia, no âmbito deste Ponto legal e regimentalmente consagrado à informação sobre a atividade municipal e situação financeira, a pertinente análise sobre o progresso denominada Parceria para a Regeneração Urbana de Viseu – Recentrar o Centro. Saúda-se a existência deste programa e reconhecem-se os méritos dos seus objetivos e o seu grau de concretização aqui expresso através, não só da sua intervenção, mas também da brilhante apresentação em Power Point e dizendo que comungamos também nós CDS, da vontade que a consolidação da regeneração urbana se efetive e que os projetos em curso e outros que no mesmo âmbito se venham a desenvolver constituam uma mais-valia para a população do Concelho e para a afirmação da Cidade, como pólo de atração e desenvolvimento como verdadeira capital da Região. Também aqui se joga a divulgação da marca “Viseu” e se contribui de forma decisiva para que naturalmente em Viseu dê gosto viver. O Senhor Presidente talvez não se recorde, mas na primeira Assembleia deste mandato afirmei aqui que seríamos, o CDS, oposição responsável, concordaríamos quando tivéssemos que concordar e discordaríamos quando assim entendêssemos por bem. Julgo que é o que temos procurado fazer até aqui, intervindo de forma positiva e é o que procuraremos fazer no que resta deste mandato. Recentrar o Centro, deixe-me dizer-lhe que quando consegui abrir o ficheiro referente a esta sua informação e me deparei com este título fui levado a pensar que iam V. Exas. apresentar medidas, apontar caminhos para o futuro, nomeadamente para o último período deste mandato. Medidas essas que levassem à afirmação e consolidação de Viseu como a grande capital económica e cultural da Região Centro. É que apesar de inegável cenário de crise em que vivemos, não podemos nem devemos ficar de braços cruzados à espera do amanhecer. É nestas alturas que mais temos que lutar, mais temos que valorizar o que temos de melhor e principalmente procurar novos caminhos e alternativas de desenvolvimento. Enganei-me. V. Exa optou pela exaltação da obra feita, que não negamos, em detrimento do alavancar de novas ideias e soluções para os desafios de hoje e de amanhã. Aceita-se essa sua opção e aliás, vendo bem, o Ponto é de informação sobre a atividade municipal, logo sobre o que se fez, ou se não fez. Feita e bem, diga-se, a análise do programa de ação esperava ouvir de V. Exa. algumas considerações sobre outros temas, também eles importantes, também eles do âmbito da atividade municipal, também eles alvo de referência por V. Exas. no passado e no presente. Gostaria assim de deixar aqui, de uma forma avulsa, algumas questões que julgo pertinentes e que ao longo do tempo têm vindo a marcar a vida do Concelho e nomeadamente no vosso mandato. Em abril de dois mil e onze, confrontado com o novo recebimento de mais de um milhão de euros, depositados no Banco Privado Português, não se questiona, nem tão pouco pretendo questionar essa decisão, já falamos aqui variadas vezes sobre isso, o Senhor Presidente do Município ameaçou apresentar esse



depósito como garantia do pagamento de dívidas ao Estado. Estado esse que tarda em resolver a situação do Arquivo Distrital. Tendo o Senhor Presidente ameaçado enviar a fatura das rendas ao Governo. Pergunto: Qual das duas ameaças já concretizou? E se as concretizou, espero que não o tenha feito como é óbvio, que medidas pondera tomar ou tomou nestas duas matérias? Ou já estão resolvidas? Em que estado evolutivo se encontra o processo relativo ao Matadouro de Viseu, encerrado em dois mil e três? Novela que já vem do tempo do governo Guterres e onde os principais prejudicados foram sem dúvida os produtores da nossa região. Recordo que em fevereiro de dois mil e nove sobre este mesmo tema o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionava: Se o Presidente da Junta de Fragosela fosse de outra cor política o assunto já estaria resolvido? Ora como tal questão já tem resposta e dado que em junho de dois mil e dez António Lopes, Presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta, afirmava ao Jornal de Notícias que se tudo correr como se espera, antes do final do verão teremos novidades, acrescentando ainda que a MatViseu continua de pedra e cal. Questiono se será este verão que teremos novidades. E por falar em verão, será no próximo setembro a inauguração do Museu do Quartzo? Em face à singularidade desta obra e do reconhecido empenho do Senhor Presidente na concretização da mesma, num processo iniciado, salvo erro, em mil novecentos e noventa e sete, gostava de deixar aqui a sugestão de atribuição da designação Museu Doutor Fernando Ruas a este novo espaço museológico. E já que estamos no verão, a falar do verão e lembrando um pouco o filme “Sei o que fizeste no verão passado”, em junho de dois mil e sete o Senhor Presidente do Executivo anunciava num encontro com Empresários que estaria para breve a instalação da primeira Ténoplis do Distrito no Parque Industrial de Lordosa. Afirmava ainda que o Plano Estratégico referente a esse Parque que estaria em fase de conclusão, até porque o principal entrave ao desenvolvimento desse Parque seria a ligação entre a Nacional 2 e a A24. Senhor Presidente, passados cinco anos sobre esta data e numa altura em que são necessárias e urgentes soluções que visem a criação de emprego e políticas de atração de investimento, o que nos tem a dizer sobre este projeto? E já agora, que fazer com os cerca de trinta por cento de participação na GestinViseu? Que futuro para o Parque Industrial do Mundão e para esta empresa? Ou chegaremos à mesma conclusão que os serviços camarários sobre a relação custo benefício da participação no CEC? Infelizmente aqui não bastará deixar de pagar a quota. Quota a qual já não paga para a Lusitânia, espero, e em relação a esta Associação e sendo a Câmara entidade participante, o que nos pode adiantar sobre a real situação da mesma? Senhor Presidente, ainda dentro do âmbito da economia, que políticas de apoio à captação e fixação de empresas vai seguir nesta reta final do seu mandato? Gostava de lembrar aqui as palavras do Senhor Secretário de Estado da Economia, cito: “Vencer a crise não depende apenas de nós, mas também depende de nós”, acrescentava ainda: “O momento reclama persistência e tenacidade, não adiar ou hesitar, mas de consertar e agir. O País precisa e merece”. Fim de citação. Concordará comigo que Viseu precisa e merece. O que Viseu também precisa e merece é a revisão do PDM, processo que já vai longo e que afinal o Executivo Camarário, em março de dois mil e nove, o mesmo se encontrava já em fase de acertos finais. Eu sei que V. Exa à época e recorrentemente desde então, se tem queixado que o processo se encontra a ser tratado fora da Câmara. Qual o ponto da situação hoje? Vamos ter revisão do PDM antes do final do mandato? Mais algumas questões e preocupações avulsas: Qual a situação do inquérito promovido às irregularidades detetadas em novembro de dois mil e dez, salvo erro, no Serviço de Atendimento ao Público, onde existia também a suspeita de eventual desfalque financeiro? Ponto de situação sobre a requalificação da zona envolvente da Praia Fluvial de Alcaface? Policia Municipal de Viseu, que futuro? Museu Almeida Moreira, vimos que tem as obras concluídas, mas para quando a sua reabertura ao público? Congresso, reunião das Cidades Geminadas com Viseu, para quando? Senhor Presidente, são estas algumas questões que gostávamos de ver esclarecidas, infelizmente algumas repetem-se ao longo do tempo. Viseu, somos todos nós, com convergências e com divergências. Recentrar



o Centro? Sim. Recentrar numa afirmação clara de herança regional a todos os níveis. Permita-me que deixe aqui um desafio, o desafio de sermos mais ousados: Para quando Viseu uma Capital Europeia da Cultura ou da Juventude? Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Diamantino Santos.-----

-VINTE E SETE - SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) –

Senhor Presidente em exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Município também em exercício, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Distintos Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público se for o caso. Eu havia solicitado a minha intervenção em primeiro, não percebo porque é que de facto fui ultrapassado por três colegas meus, de qualquer forma, porque estamos na Casa da Democracia, democraticamente também aceito isto e para dizer com toda a franqueza que relativamente aos assunto que aqui me traz que é de alguma forma comentar a informação prestada pelo Senhor Presidente, não posso concordar com algumas palavras que aqui ouvi necessariamente e por isso vou aqui transmitir a minha opinião e a dos meus colegas da bancada do Partido Social Democrata. Orgulha-me enquanto viseense todo o trabalho que de facto a nossa Administração Municipal tem feito e aqui, acima de tudo, perceber uma coisa que eu acho que é legítimo dizer-se. Então, para algumas políticas, para alguns assuntos, a crise global tem alguma responsabilidade no que está a acontecer, para o que é local compete só à Autarquia, a Autarquia é que é de facto a principal responsável. Não parece que este seja de facto o melhor caminho e nesse sentido quero dizê-lo de uma forma distinta e enquanto Membro do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, de facto, a satisfação que tenho em verificar como esta nossa Cidade se transformou nos últimos anos. No seguimento da intervenção que acabámos de ouvir do Senhor Presidente em exercício, o nosso Grupo Parlamentar deixa aqui bem claro a sua satisfação e reconhecimento pelo trabalho realizado no âmbito da regeneração urbana pela atual Administração Municipal. Delineado em dois mil e oito, este programa de ação constituído por trinta e três projetos diversificados, fruto de um trabalho pensado e persistente, permite-nos concluir do seu importante contributo para a valorização urbana da nossa Cidade, tornando-a mais moderna, funcional e atrativa. De uma forma mobilizadora, o Executivo Municipal, liderado pelo Doutor Fernando Ruas, foi capaz de envolver e pelo que vimos aqui isso é bem latente, vários parceiros, afetar recursos e desenvolver a economia regional. Esta, através da criação de riqueza e trabalho para várias empresas locais e regionais. Na afetação de recursos importa considerar o volume de investimentos em causa, como já foi dito, mais de dez milhões de euros e a forma proactiva como o Executivo Municipal foi capaz de criar condições para a afetação desses recursos, em especial no aproveitamento dos fundos comunitários via QREN, valorizando-se também a elevada taxa de execução. O envolvimento de parceiros, intervenientes em dinâmicas sociais diversificadas, permitiu que este processo de regeneração urbana fosse abrangente, contemplando diferentes vertentes e executado em vários locais da cidade, de forma sustentada e equilibrada. Do Centro Histórico ao território das três freguesias urbanas, possuímos hoje todo um conjunto de infraestruturas novas ou requalificadas que em muito valorizam a nossa urbe. Tem sido com este esforço e empenho da nossa Administração Municipal, que Viseu tem conseguido afirmar-se, sem qualquer tipo de dúvida, como uma das cidades mais atrativas para viver. Verdade indelével de que todos nós nos devemos orgulhar, participando ativamente na afirmação desta bela urbe e deste empreendedor Concelho. Muito obrigado.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Mota Faria. -----

-VINTE E OITO - SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) - Senhor Presidente, eu nem estava para intervir mas depois de algumas intervenções não poderia deixar de cá vir e cumprimentar também o Executivo Camarário e tem a ver com uma situação que é esta, quando se faz aqui o balanço tem



também que não se esquecer algumas situações que são fundamentais e quando aqui foi dito que temos que partilhar no fundo as culpas entre todos, também não esquecer algumas decisões estratégicas que foram vitais para algumas questões do Centro Histórico. E quando falamos de regeneração urbana e falamos nos Centros Históricos, há uma coisa que temos sempre que dizer: é um trabalho inacabado, é um trabalho contínuo, é um trabalho que, de certeza, nunca estará terminado. E uma decisão estratégica foi tomada que ninguém fala nela, foi retirar o Mercado Municipal do Centro Histórico. Esta foi a decisão estratégica que matou grande parte do comércio do Centro Histórico e ninguém fala nela. Ninguém falou nela até hoje, também ninguém falou no tal aspeto de partilha, ninguém falou nas decisões em termos de grandes superfícies que são do Governo, governamentais, não têm a ver com a Autarquia de Viseu, também ninguém falou nela. Decisões que são estratégicas em termos do País, não é só da região de Viseu, também ninguém falou nelas. E por isso, estas duas situações, só que gostaria de chamar a atenção a duas coisas, outra tem a ver com uma situação que se falou aqui, o Matadouro, falou do PDM, temos grandes esperanças no Ministério da Agricultura e do Ordenamento do Território, que o novo Governo, da nova Ministra que agora sim, priorize então o Matadouro de Viseu, temos grandes esperanças que vá agilizar os procedimentos do PDM, temos grandes esperanças e por isso temos aqui sim senhor, também no Ministério. O Matadouro não é culpa da Câmara Municipal, tem a ver com a candidatura a fundos estruturais que foram negados, não lhe foi dada a devida prioridade e por isso também aqui temos no novo Ministério, no novo Governo e pessoalmente na nova Ministra, temos grande esperança que essas duas situações também sejam desbloqueadas. Era só. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado João Paulo, tem três minutos.-----

-VINTE E NOVE - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Para gastar mesmo muito pouco tempo, Deputado Mota Faria, a Câmara Municipal tem sempre ao seu dispor exatamente o PDM que referia e se o nosso PDM previr dez espaços para dez Centros Comerciais, poderão eventualmente ser construídos dez Centros Comerciais, se apenas previr espaço para um Centro Comercial, constrói-se um, se não previr espaço para a construção de Centros Comerciais, não há espaços para Centros Comerciais. E é exatamente assim, mas o Senhor Vice-Presidente vai ter a oportunidade de esclarecer se não é exatamente assim. É evidente que é um processo onde não apenas a Câmara Municipal intervém, é evidente que o Ministério da Economia e as devidas entidades ligadas a este Ministério têm que dar parecer, mas no limite, a Câmara Municipal dispõe efetivamente deste meio condicionador que é o PDM. E depois também não podia deixar de fazer aqui uma pequena provocação, até porque a Assembleia Municipal tem estado assim a decorrer num tom muito conveniente a todos, até do meu ponto de vista e ainda bem que assim é, mas esperemos que estas evidentes diferenciações que estão a ser feitas ao nível do Governo, esperemos que não passem desta Assembleia Municipal. Há apenas um Governo, eu sou Português, quando for fazer uma visita qualquer ao estrangeiro e quando alguém me perguntar, não, é um Governo de coligação, os Ministros são de um Governo, independentemente de serem de um Partido ou doutro, até porque parece-me que as coisas andarão melhor se houvesse essa coesão também no Governo, porque para dificuldades já bastam as que nós temos e não precisamos aqui que se comecem a abrir algumas brechas no próprio Governo. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Santos. Tem três minutos, Senhor Deputado. -----

-TRINTA - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente, se calhar até começando pelo fim para descansar o Deputado João Paulo, o Governo do País está de boa saúde e recomenda-se. Está a fazer o trabalho meritório, com grandes dificuldades, a tentar compor aquilo que outros deixaram desconsertado, ou que não tiveram a capacidade de resolver, mas



também anda para aí uma amnésia coletiva muito grande. Acho que há um País até cinco de junho e há outro País após cinco de junho, mas isso são contas de outro rosário e aqui dizer ao Senhor Deputado e meu caro colega e amigo Mota Faria duas coisas. Em relação à Ministra do nosso Governo, do Governo de todos nós, o Governo de Portugal, a Ministra da Agricultura, estou certo que o Partido que V. Exa aqui representa, da mesma forma que aquele que aqui represento, do modo que sustentamos o Governo e a Assembleia da República, faremos chegar, junto do Ministério e das entidades respetivas, essas preocupações. Da minha parte e da parte do CDS faremos esse trabalho, estou certo e seguro que V. Exas farão o mesmo e como é lógico, aqui só há um Governo, que é o Governo de Portugal. Deputado João Paulo, em relação a isso esteja sossegado. Uma coisa é certa, também pode ficar sossegado por outra razão, é que Portugal será certamente muito melhor no final deste mandato do que aquele que encontrámos quando chegámos. Em relação à questão do Mercado dois de maio e outras decisões estratégicas, se retirar o Mercado Dois de maio foi uma má decisão, podemos concordar, está na mão de que pode voltar a colocar o Mercado no Centro Histórico. Aí já não depende de mim nem do CDS. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício. -----

TRINTA E UM - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Membros, Senhoras e Senhores. Eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, diz que começámos tarde, eu acho que não. Nós começámos muito cedo a fazer requalificação urbana no Centro Histórico. Era bom também não reduzir o Centro Urbano ao Centro Histórico, eu acho que isso é um erro. Nós hoje, o Centro Urbano, os bairros que estão à volta, por exemplo do antigo Liceu, são Centro Urbano que já têm também uma certa idade portanto acho que é realmente uma aposta mais acertada alargarmos e por isso o tal conceito de Área de Regeneração e Desenvolvimento Urbano, muito mais alargado do que o simples Centro Histórico. Porque senão também realmente acabaremos por inconscientemente fomentar alguma guetização e não podemos nem devemos fazer e nesse aspeto fomos até abrangentes. Nós começámos muito cedo a aproveitar os fundos comunitários e com esse input exterior muito importante nós conseguimos fazer grandes requalificações. De outra maneira estou convencido que o próprio País não o conseguiria. E daí certamente os futuros Governos irem tentar que este QREN não seja o último apoio comunitário. Até porque é evidente o nosso atraso relativamente aos Países mais evoluídos da Europa, não vale a pena realmente pormos a cabeça na areia. Começámos realmente muito cedo a fazer requalificação urbana. Dar-lhe um último esclarecimento e é a última vez que falarei nisto. Fala outra vez no Funicular, sabe perfeitamente que inicialmente estava previsto para a Calçada de Viriato uma escada rolante, que é o que está nos primeiros desenhos, uma escada rolante, uma passadeira ali não é possível. Só se fosse para matar as pessoas e numa visita subsequente com o arquiteto Manuel Salgado, eu demonstrei – lhe que era tão difícil descer a Calçada, como subir e tenho essa experiência e como ele vi-me atrapalhado. A escada rolante foi sempre com vários patamares que esteve presente no início, obrigava a ter duas escadas rolantes, uma para subir, outra para descer e é nessa altura que se pondera o Funicular. É um esclarecimento, é a verdade, quem quiser aceitar, aceita, mas é esta a verdade, nunca esteve prevista passadeira nenhuma, é impossível colocar ali uma passadeira dada a inclinação, só se fosse realmente para matar as pessoas. Tinha escadas rolantes com vários patamares para possibilitar o acesso a habitações e depois realmente disso ele verificou que a escada seria só a subir, o descer é tão difícil, para mim até é mais difícil descer a pé a Calçada do que subir. Portanto, está esclarecido a este respeito penso eu. O Parque de Campismo, como sabe, estamos a prever agora um Parque para autocaravanas. Relativamente aos mini autocarros, nós adequámos, fizemos a monitorização e verificámos que o circuito citadino na parte mais antiga tinha realmente uma procura bem menor, mantivemos esse circuito, mas alargámo-



lo ao Hospital que tem realmente o triplo dos utentes. O edifício da Rua das Bocas, dizer-lhe o seguinte, que é privado e nós, penso eu, não temos a veleidade de adquirir todos os edifícios, não há recursos financeiros para isso. Compete certamente, se o edifício está depreciado, se está depreciado também para se vender, não é quando realmente uma entidade pública manifesta interesse em comprar, o preço disparar ao ponto do preço do terreno, a única coisa que se poderia recuperar era a parte da fachada, pois todo o resto seria para demolir e o terreno ficaria ali num valor de mais de quinhentos ou seiscentos mil euros, portanto não se justifica, não temos capacidade para isso. Por isso, esperamos realmente que haja o incremento da reabilitação. O Doutor João Paulo pôs aqui o problema do PowerPoint, é lógico que nós não o juntámos porque não é prático. O PowerPoint só tem aqui uma virtude, é realmente ilustrar a intervenção escrita, foi só nesse sentido, porque estar a fazer cópias a cores não me parece que realmente fosse muito prático. Relativamente ao futuro, diz que não se falou no futuro, mas eu penso que se falou efetivamente no futuro. É lógico que aquilo que nós pretendemos fazer hoje foi fazer o ponto da situação, nós apresentámos um projeto, na altura era futuro, hoje estamos a apresentar o presente que é já passado e o prestar contas, penso que é correto fazer-se, além disso, deixámos ficar aqui, digamos, destapámos um pouco o véu daquilo que será o futuro, falámos na RUCI, poderíamos falar na recuperação do quarteirão, na Rede WI-FI para o Centro Histórico, na reabilitação do Bairro Municipal, portanto tocámos em algo que é realmente futuro. Também tenho que o contraditar relativamente ao resultado, eu penso que o resultado é efetivamente bastante razoável, para não dizer bom, quando nós em poucos anos conseguimos recuperar e ajudar a recuperar cento e um edifícios, isto é mensurável, isto é objetivo, não há que enganar. Portanto, é porque realmente e se compararmos o nosso Centro Histórico com os Centros Históricos de outras cidades que me dispense aqui de referir, verificamos que nós temos um Centro Histórico mesmo assim realmente com bastante nível, com bastante qualidade. A prova é que ele realmente é muito procurado e agora aparecem sobretudo os novos casais a procurarem o Centro Histórico e que nem se importam de não terem garagem, como sabem, na maior parte dos prédios a reabilitar, o IGESPAR não nos deixa abrir vãos para fazer garagens. Há alternativas e se calhar a recolha dos veículos aqui em Santa Cristina é relativamente barata, se calhar fica mais barato do que estar a fazer o investimento numa garagem, porque nós não temos espaço para as fazer. A reabilitação é efetivamente mais difícil, como sabem a reabilitação de qualquer edifício fica, em norma, pelo menos trinta por cento mais cara do que construir de raiz e daí também a grande dificuldade, mas não podemos também dissociar uma série de questões que estão associadas à decrepitude tendencial dos imóveis, o problema das rendas, senhorios descapitalizados, rendas baratas que os inquilinos muitas vezes não podem pagar mais e temos aqui um círculo vicioso de onde não se sai. Portanto, só há uma maneira, é de realmente a nível nacional haver incentivos à reabilitação, o que esperamos venha a suceder e diz efetivamente que a urbe terá que estar preparada e eu penso que nós a estamos a preparar, ao aproveitarmos estes fundos comunitários nós estamos a criar condições para que depois a iniciativa privada, a cidadania se exerça. O que seria realmente de censurar era se eventualmente a Câmara não tivesse ido na primeira leva de candidaturas e eu lembro que na primeira leva de candidaturas, na própria Câmara fomos aconselhados a deixar ficar, por técnicos, a deixar ficar para segundas núpcias e eu disse não, vamos tentar o casamento já e conseguimos. Só quatro Municípios na Região Centro, Leiria, Viseu, Fundão e Coimbra, é que viram as suas candidaturas aprovadas, só quatro na Região Centro. E não estamos a chamar realmente os louros, mas a dizer realmente a verdade, acho que andámos realmente muito avisados e por isso temos nós neste momento uma taxa de consecução de fundos comunitários no Município de Viseu que deve rondar em média os setenta e cinco a oitenta por cento, quando a média nacional é apenas de quarenta por cento. Não será pelo Município de Viseu, não será pelas entidades parceiras que corremos o risco de ter que devolver a Bruxelas dinheiros que eu penso devem ser aproveitados, porque geram aqui



riqueza, geram emprego, dão trabalho a muita gente. O senhor Doutor Rui Santos falou aqui no futuro e portanto penso que não se terá apercebido que eu falei no futuro, nós falámos no futuro, mas não o esmiuçámos, havia aqui que prestar contas, o objetivo hoje foi prestar contas e para prestar contas nada melhor do que realmente ilustrar o que está ou não está feito. Pode realmente é dizer, olhe, eu faria de outra maneira, a qualidade não é a melhor, mas está lá efetivamente. E coloca aqui uma série de questões, sobre o PDM, esta semana teremos uma das últimas reuniões em Coimbra com a Comissão Técnica de Acompanhamento, pela nossa parte não queremos já reformular mais o que quer que seja, mas se dependesse diretamente da Câmara, está tudo pronto para. Falou aqui na Praia de Alcafache, através da Câmara e com intervenção do meu Colega Doutor Guilherme, está aprovada a candidatura para o PROVER, o investimento numa verdadeira Praia Fluvial, a valorização duma instância termal, com um investimento na ordem dos setecentos e cinquenta mil euros, só estamos à espera do visto do Tribunal de Contas, nada mais. Falou nas Cidades Geminadas, dizer que nós integramos neste momento um projeto transfronteiriço no âmbito do QREN, que também engloba Aveiro, Viseu, Guarda, Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid e pensamos que, pela nossa parte, foi consensual que deveríamos desenvolver exatamente este tema que trouxemos hoje aqui, porque é, ao que parece, um bom exemplo para, esqueci-me da Figueira da Foz também e Coimbra e portanto pensamos até ao final do ano fazer aqui um Encontro dessas Cidades, que umas estão geminadas connosco, outras não, mas nesse projeto a que chamámos Rede Cidades de Cencil, Cencil – Região Centro Castilha y León, daí o termo Cencil, no fundo, com ípsilon, tudo isso será feito. Sobre a Lusitânia, há uma Comissão Liquidatária, como sabe nós não pertencemos à Direção e penso que estarão para fechar todo o processo é a Doutora que está nessa área. Relativamente ao Arquivo, lá temos realmente o terreno, sabemos que o projeto estará feito e aguardaremos o seu desenvolvimento. O Museu do Quartzo, o maior responsável pelo atraso sou eu, obviamente é a mim que me tem sido assacada essas responsabilidades. Mas eu quero dizer o seguinte, é lógico que também fico incomodado com este atraso, mas penso que nós pensámos um determinado projeto que depois evoluiu e até mesmo a entidade que nos tem dado apoio, o Museu Nacional de História Natural da Universidade Clássica de Lisboa, eles próprios também evoluíram. Nós pensámos inicialmente fazer o chamado Museu Contemplativo e eu sempre me opus e a Câmara concordou obviamente sempre com a minha postura, de que nós não deveríamos fazer mais um museu em que as pessoas apenas fossem ali ver, contemplar e uma coleção de minerais, por muito bonita que seja, vê-se uma vez, mas se calhar não se vê segunda vez e entendemos que nós poderíamos fazer aqui mais uma valência destinada às Escolas e por isso é que demos uma reviravolta em todo o projeto e passámos mais a um Centro Interpretativo do que propriamente a um Museu. Nós mantemos o nome Museu, mas penso que não é muito adequado, é mais um Centro de Interpretação e em que a interatividade é rainha, noventa e nove por cento daquilo que o Museu tem para oferecer é para descobrir, para os alunos, para as crianças, para os jovens realmente descobrirem. Portanto, nós tivemos que reformular ao nível interior todo o esquema que tínhamos para a construção, está construído um grande iglô digamos, uma câmara escura enorme, para que os equipamentos interativos, multimédia, funcionem e isso obrigou-nos depois a reformular também todo o sistema de ar condicionado na altura. Nós na altura entregámos este processo a uma outra entidade que tinha uma determinada perspectiva, fomos ainda a tempo de aclarar as coisas e penso que nós vamos ter e agora também, embora já tenha data para a inauguração, eu permito-me ainda reservar, para que depois não assaque as culpas ao Presidente da Câmara, quando o responsável sou efetivamente eu e dizer aqui realmente que eu sou responsável, não quero que mais ninguém assuma. Portanto, há realmente atraso, mas é um atraso, penso eu, que pode ser virtuoso, porque é no sentido de realmente fazermos algo melhor, onde o jovem ou o adulto não vá apenas uma vez àquele museu e tenha vontade de realmente regressar. Há uma componente laboratorial muito interessante também, há uma série de coisas que eu penso que só



mesmo quando abriremos poderão ver, mas eu penso que não vai demorar muito tempo. E penso que relativamente ao Matadouro, como sabe, foi aqui dito até pelo Doutor Faria que tem realmente alguma razão, dizer que o atraso, uma coisa é certa, o Matadouro antigo que nos foi a dada altura “confiscado”, desse está resolvido o problema e o Estado pagou aquilo que devia ter pago, a indemnização, porquanto a entidade na altura vendeu uma coisa que não era sua e pela nossa parte nós temos a participação neste Matadouro, disponibilizámos também o terreno e neste momento penso que não temos capacidade para fazer realmente muito mais. Relativamente ao Doutor Diamantino, pois eu penso que sobretudo a sua freguesia também foi muito beneficiada e tem razão realmente para estar orgulhoso, eu penso que estamos a fazer um conjunto de reabilitações em património público, em espaço público, que tornam realmente atrativa essa parte da Cidade. O Senhor Deputado Mota Faria referiu aqui o problema do Mercado Dois de maio, nós também temos um projeto para revitalizar aquele plateau inferior, eu queria aqui também sublinhar, este foi dos processos mais participados por Viseu, pelos viseenses. Recordo-me de uma das últimas reuniões no Auditório Engenheiro Engrácia Carrilho na Universidade Católica completamente cheio e em que algumas pessoas não se preocuparam em analisar a proposta do arquiteto e preocuparam-se com outras coisas e desvirtuaram de alguma maneira, mas desde reuniões do arquiteto e dos seus acólitos com os empresários, com as pessoas em situações informais, foi realmente um processo muito participado, que pelos vistos não resultou conforme nós gostaríamos. Em termos de arquitetura é uma obra exemplar, vem em qualquer livro de arquitetura, é realmente alvo de visita do chamado Turismo Cultural e quem quiser analisar bem a situação do próprio mercado e do comércio que lá está pode tirar as suas conclusões e mais além não vou. É lógico que quando nós temos no Centro Histórico, na parte mais antiga, há até em algumas zonas também do Centro Urbano mais alargado, empresários que têm determinados horizontes, provavelmente já não arriscam, não investem na modernização, mesmo quando há linhas de apoio para essa modernização, mas isso compreende-se e eu penso que é da própria natureza humana e provavelmente o meu pai hoje, com os seu oitenta e oito anos, é muito mais cauteloso a fazer qualquer investimento do que era quando tinha trinta ou quarenta. Eu penso que, deixando ficar aqui algumas reticências, penso que está explicado parte do problema dos Centros Históricos, que não tenhamos ilusões, vamos a Guimarães, apesar de ser Capital Europeia da Cultura e de ter começado o seu programa com um grupo espanhol, o que realmente não deixa de ser curioso, parece que em Portugal não tínhamos, mas, enfim, isso é outra história, tem também problemas graves no centro da cidade com a atividade empresarial, porque realmente num concelho que tem crescido e num perímetro urbano tem crescido em população é natural que as pessoas procurem a periferia. Sem querer ofender quem quer que seja, eu pergunto quantos de nós temos possibilidade de viver no Centro Histórico? Não temos essa possibilidade, porque realmente uma parte deles está terceirizado e remonta ao problema talvez dos tempos ainda do Estado Novo o problema das rendas, que são determinantes, quanto a mim, na renovação do parque edificado do Centro Histórico. Há por vezes decisões que se tomam, aquele congelamento das rendas, da lei das rendas da altura ainda pelo Doutor Oliveira Salazar, determinou com que realmente as pessoas começassem a ficar descapitalizadas e a não olhar para o seu património numa perspetiva de rendimento, de reabilitação. E penso que, queria sublinhar agora também o aspeto de trabalho inacabado, hoje a sustentabilidade de qualquer espaço urbano, de qualquer urbe, é realmente um trabalho que está inacabado, nós vamos ter, penso eu, sempre condições para estar a inovar, para estar a revitalizar e hoje num Mundo Global em que, não tenhamos ilusões, não é o País, é a Europa que vem perdendo, vem definhando, em detrimento dos seus cidadãos e com vantagem para os chamados “brik”, que realmente começam a ter hoje uma atenção que não tinham. Por último, ainda dizer que relativamente ao Matadouro Antigo, eu sublinhei aqui a situação, da maneira como foi desenvolvido todo o processo de alienação e reafirmar que já fomos realmente ressarcidos da parte que nos dizia respeito. Eu penso efetivamente que não



vamos deixar de maneira nenhuma o Município desconjuntado, como aqui alguém referiu, antes pelo contrário, tenho realmente muito orgulho de participar e ter participado na construção de um Concelho que é realmente hoje bem melhor. Nós, estou convencido também com a Rede de Mobilidade que estamos a fazer, provavelmente muitas das pessoas vão manter-se ou mantêm certamente pelo menos segunda residência em pontos mais distantes da urbe e eu penso que isso também é muito significativo, não termos apenas como há em alguns pontos do País e há trabalhos feitos bem interessantes sobre Capitais de Distrito, que não só elas próprias se encasularam na Cidade e no perímetro urbano, mas também de alguma forma “secaram” os Municípios vizinhos. Nós não temos isso e às vezes realmente fico um pouco estupefacto quando alguém diz que se num lado se fez um investimento, se isso é bom ou não para Viseu, quanto mais pujantes forem os Municípios à nossa volta, mais Viseu ganha com isso, não temos que ter pruridos nesse aspeto, referindo até o caso do emprego, eu via aqui, foi aqui levantado, é uma publicação muito recente, nós no Distrito temos vinte e seis PME’s Excelência, quando noutros Concelhos temos realmente menos, mas isto não significa obviamente que nós queiramos monopolizar tudo aquilo que tem a ver também com a saúde dos outros Municípios. Esse estudo, que é um estudo relativamente recente, um livro bastante espesso, diz claramente que algumas Capitais de Distrito, se retirassem um conjunto de serviços, elas próprias perderiam uma importância muito grande, porquanto não têm à sua volta, como nós temos felizmente Tondela, Mangualde, Nelas, S. Pedro do Sul, um conjunto de Municípios que de alguma forma vertem e drenam para Viseu, mas que elas próprias também têm alguma sustentabilidade. Eu penso que o modelo de desenvolvimento que nós devemos defender para Viseu assenta muito também nesta constelação que tem obviamente o Sol, quer queiramos quer não, em Viseu. E não é por obra nossa, mas é por obra de séculos de persistência, de labor e penso que desta forma não temos que ter realmente qualquer pré-conceito ou pré-juízo relativamente ao desenvolvimento desses mesmos Concelhos. É esta a ideia que nós temos e pensamos que efetivamente estamos no caminho certo. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Câmara em exercício. Terminado o Ponto Um, passaremos ao Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARQUES COLETIVOS E PARCÓMETROS À SUPERFÍCIE.**

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício. -----

-TRINTA E DOIS - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Senhor Presidente, Senhores Membros. Aquilo que realmente queria aqui trazer é o seguinte, nós pedimos esta autorização, trata-se de uma concessão dos parcómetros de superfície, mas também dos parques coletivos. Os parques coletivos são o do Mercado Vinte e Um de agosto e o do Hospital. Mantemos as taxas em valores reduzidos, são o valor máximo e quem apresentar o valor da tarifa, eu disse taxa, peço desculpa, enganei-me, quem apresentar um valor para a tarifa superior é excluído, podem é apresentar valores inferiores. Há mais regalias para os residentes, os períodos de isenção de pagamento são alargados e nos critérios de adjudicação dá-se realmente um valor importante ao tarifário e à renda anual a pagar ao Município de Viseu. Pensamos que é uma proposta equilibrada, mantêm-se também aqui, como já tínhamos anteriormente referido, um conjunto de lugares para veículos amigos do ambiente, híbridos ou exclusivamente por propulsão elétrica e também futuramente o tarifário nunca subirá anualmente mais do que o valor da inflação. Nós prevemos, na página dez prevemos aí a situação de deflação, que pode vir a suceder e se a inflação, se o valor for inferior a cinco por cento, o tarifário subirá mas com uma diminuição de cinco por cento sobre esse valor. Se fosse superior a cinco por cento, uma diminuição de dez por cento, se alguma vez atingisse os dois dígitos, diminuir a de vinte por cento. Portanto há aqui a garantia de que há um valor máximo para o tarifário e para além disso o tarifário nunca subirá igual e muito menos acima do valor da inflação. Muito obrigado. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Câmara em exercício. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste Ponto? Não havendo nenhuma inscrição, a proposta é posta à votação. *Aprovada com quarenta e nove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.* Passamos assim ao Ponto Três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para **PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício. -----

-TRINTA E TRÊS - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Nada tenho a acrescentar, é uma imposição legal este parecer e portanto nada tenho a acrescentar sobre isto. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Votamos a seguir o Ponto Três, ou antes, quem quer usar da palavra? Passamos à votação. *Aprovada por unanimidade.* Passamos ao Ponto Quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre alteração ao **REGULAMENTO DO VISEU SOLIDÁRIO – RETIFICAÇÃO.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício. -----

-TRINTA E QUATRO - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Também sobre isto nada há a dizer e verificam que houve aí um lapso da nossa parte, é apenas uma alteração de pormenor. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não há inscrições. Passamos à votação. *Aprovada por unanimidade.* Passamos de imediato ao Ponto Cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE URBANA DO RIO PAVIA.** -----

-TRINTA E CINCO - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Também por imperativo legal aqui trazemos estas alterações, também a informação é bem clara, são reajustamentos interiores e não há alterações na implantação, nem nada disso que põe à consideração da Câmara. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. José. -----

-TRINTA E SEIS - SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ (PSD) – Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara em exercício, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Órgãos da Comunicação Social. Na apresentação do Ponto agora em discussão, eu não podia deixar passar esta oportunidade sem realçar aqui a importância que teve para a Freguesia de S. José, para Viseu, a implantação do Fórum naquela zona. Todos nós nos lembramos do que era aquela zona, uma zona carenciada e quer veio com a implantação do Fórum, hoje são milhares de pessoas que visitam aquele espaço. Também não só a própria valorização ambiental, todo aquele espaço do Rio Pavia foi requalificado o que veio fazer com que hoje centenas de pessoas diariamente passeiam, utilizam como zona de lazer toda aquela zona. Ainda ontem tivemos a oportunidade, onde esteve o Senhor Vice-Presidente da Câmara, tivemos a oportunidade de ter cerca de trezentos jovens em atividades o que se aquela zona não tivesse sido, todo aquele espaço, não tivesse sido requalificado, não teria sido possível proporcionar as condições que eles tiveram para as atividades que realizaram. Por tudo isso, em nome da Freguesia de S. José, eu queria reconhecer aqui à Câmara Municipal de Viseu todo o empenho e todo o trabalho, mesmo inclusive na colocação do Funicular. Eu penso todas as obras que foram feitas, foi uma mais-valia para a Freguesia de S. José. Em nome da Freguesia, como representante, em nome da Freguesia de S. José fico muito grato à Câmara Municipal de Viseu. Muito obrigado. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-TRINTA E SETE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Desculpem-me, mas devido ao adiantado da hora, prescindindo mais uma vez das saudações se não se importam. Eu vou-me abster neste Ponto, aliás, abstive-me no anterior e resolvi juntar exatamente por uma questão de tempo, porque tenho sérias dúvidas e discordo na altura e manifestei-as, de terem sido salvaguardados os direitos dos moradores relativamente aos parcómetros. No que refere a este Ponto em discussão também tenho dúvidas sobre se as alterações interiores serão feitas naquele simulacro, digamos, de passeio público que está entre os dois edifícios do Fórum, uma vez que todo aquele projeto de remodelação, que tem aspetos arquitetónicos bem conseguidos e outros, no meu entender, menos bem, ou até muito mal, acabam por transferir do domínio público, aquela margem recuperada do Rio Pavia, para domínio privado. Pois quem passar ali, enfim, não se pode distribuir propaganda, não se pode andar de bicicleta, não se podia, agora acho que são mais tolerantes, mas não se podia, eu fui proibido de andar de bicicleta, não se pode por exemplo ir com o cãozinho, porque de facto aquilo é privado e policiado e portanto receio que a intervenção, eu tenho dúvidas sobre se a intervenção manterá o aspeto de espaço público, isto tendo em conta que os próprios moradores do prédio contíguo queixaram-se que de facto houve situações de apropriação, por exemplo da rampa que dava acesso ao prédio do Rio Sul que desapareceu e hoje esses moradores que têm as garagens do outro prédio e espaços comerciais têm que passar pela rampa que pertence ao Fórum, que é espaço privado do Fórum. Da mesma forma o Fórum já estava a alargar a obra para a estrada, a Rua D. José Cruz Moreira Pinto e não sei se eu tive alguma intervenção nisso, mas de facto, depois de denunciar eu e a Associação Individuo que estava a haver um abuso do projeto, de facto acho que foi a Visabeira, que recuou e manteve-se aquela estrada com estacionamento e duas faixas. Mas tenho fundamentos para, dado este histórico, para recear que haja algum processo menos transparente e que resulte menos bem depois para aquele simulacro de espaço público. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício. -----

-TRINTA E OITO - SENHOR VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. JOAQUIM AMÉRICO CORREIA NUNES – Senhor Presidente, Senhores Membros. Eu não posso deixar passar a referência que fez a qualquer processo menos transparente. Não há, não pode haver. Este plano teve inquérito público e foi aprovado em Conselho de Ministros e portanto esta alteração que está aqui a propor não pode de maneira nenhuma ter qualquer processo menos transparente. Quero-lhe assegurar que não há qualquer falta de transparência, caso contrário não viria aqui. Aqui o que é possível fazer é aquilo que realmente o plano permite, não há aqui apropriação do que quer que seja, nem pensar. Portanto que fique claro, nem a Câmara alguma vez lhe poderia passar pela cabeça trazer alguma coisa que não fosse realmente transparente. Isto teve inquérito público na altura e portanto é um processo perfeitamente transparente, de maneira nenhuma se poderia aceitar essa situação. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente em exercício. Chegamos assim ao final dos nossos trabalhos e não havendo, perdão, vamos votar o Ponto Cinco. Aprovado com quarenta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. Chegamos assim ao fim dos nossos trabalhos e não havendo mais ninguém inscrito da parte do Público resta-nos agradecer a presença de todos e desejar bom apetite para o almoço. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às treze horas e trinta e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)